

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O SPALCO
Data: 30/05/80
Pág.: 1

Pasta n.º

N.º do recorte

"O São Paulo" - sem - 30 mai / 5 jun 80 - 1ª pag.

Só se consegue creche brigando



Conquistar creche demora muito: alguns bairros chegaram a esperar quase dez anos para serem atendidos. Algumas creches diretas — totalmente construídas e mantidas pela Prefeitura — só agora começam a ser implantadas. Claro, são insuficientes para atender às necessidades dos bairros. Ano passado houve uma unificação de todos os movimentos que reivindicam creches. O poder público mudou de atitude, e anunciou a implantação de algumas creches. Depósito de crianças apenas? Para evitar isso é que as mães estão fiscalizando a Prefeitura. Página 5.

(DOC. INCOMPLETO)

Kramer vs. Trabalho Doméstico

Como Ted e Joana se transformam em seres integrais no filme Kramer x Kramer

— Heleieth Saffioti *

O capitalismo constitui a primeira sociedade que, historicamente, separa de forma radical, o mundo doméstico do mundo público. As mulheres são reservadas ao primeiro e os homens ao segundo. Quando a mulher, quer porque as circunstâncias econômicas da família o impõem, quer porque sua sede de realização pessoal a impele para o trabalho, participa da economia pública, deve arcar sozinha também com as tarefas domésticas. Configura-se, pois, a dupla jornada de trabalho, responsável última pelo desejo freqüente das mulheres, cuja força de trabalho é pouco qualificada, de abandonar a população economicamente ativa e dedicarem-se integralmente ao lar.

N A sobrecarga das camadas sub-privilegiadas

No Brasil é nítida a diferença de identificação da mulher com seu trabalho extralaxar, segundo os distintos estratos sociais. As maiores possibilidades de se configurar a mencionada identificação aparecem na vida das mulheres que não enfrentam a dupla jornada de trabalho, dispondo de pessoa da família ou assalariada para realizar integral ou parcialmente as tarefas domésticas. As pesquisas realizadas revelam que mulheres em situação econômica difícil, que não ganham suficientemente para assalariar pessoa que possa desincumbir-se do serviço doméstico, aspiram a alcançar posição que lhes permita abandonar o trabalho extralaxar e dedicar-se inteiramente aos afazeres do lar. Este comportamento resulta da sobrecarga de que é alvo a mulher das camadas subprivilegiadas. Já pela própria natureza do trabalho extralaxar efetuado pelas mulheres de baixa qualificação profissional, já pela presença de duas jornadas de trabalho, estas mulheres não encontram em suas atividades extralaxar os componentes necessários à realização pessoal. Ainda que a natureza monótona e repetitiva das tarefas executadas por trabalhadoras de baixa qualificação, no mundo público, seja responsável, em grande parte, pela aspiração da mulher de permanecer no lar, a dupla jornada de trabalho parece apresentar maior significado, não deixando tempo livre a ser dedicado ao próprio agente do trabalho.

* Heleieth é professora universitária, escritora e especialista em assuntos femininos.

Sem equipamento social que lhe permita amenizar as agruras da dupla jornada de trabalho e sem poder aquisitivo para recorrer a pessoa assalariada que lhe suavize as tarefas domésticas, a mulher pode, no máximo, ter um emprego temporário nos momentos em que ainda é solteira ou ainda não apareceram os filhos ou quando estes já atingiram uma idade de maior independência. Quanto à mulher cuja força de trabalho mereceu qualificação esmerada é, não raro, colocada diante da necessidade de optar seja pelo casamento com filhos, seja pela carreira profissional.

Um bom número de mulheres consegue levar a cabo sua participação nestes dois mundos. Raras são aquelas, entretanto, que, neste esquema, alcançam notoriedade profissional. Em geral, trata-se de profissionais obscuras, sempre às voltas com problemas domésticos, que interferem diretamente em sua vida profissional. Mesmo situando-se longe da perfeição em seu duplo papel social, a mulher consegue conjugá-los às expensas de enormes sacrifícios. Freqüentemente vítimas de estafa, estas mulheres vivem em constante estado de culpa. Culpa pelo não cumprimento adequado das tarefas de dona-de-casa, sobretudo de mãe, e culpa por sua impossibilidade de galgar, rapidamente como fazem em geral os homens, os degraus do sucesso profissional. Com isso, contingentes maiores ou menores destas são recrutados pela economia pública ou refluem para o lar, segundo as necessidades do momento. É nesse contexto que o sentimento de culpa grassa e torna a mulher presa fácil das elaborações ideológicas de sua imagem. Na mão-de-obra feminina reside o grande poder de manobra da economia capitalista, senão o seu segredo.

J O mundo doméstico e o "repouso do guerreiro"

Já com os homens estes fenômenos não se verificam. Socializados para vencer no terreno econômico, com força de trabalho qualificada para se constituírem como trabalhadores, com papéis sociais extremamente bem definidos, o mundo doméstico se lhes apresenta como a esfera do repouso do guerreiro. Seu envolvimento é pequeno ou nulo nos problemas desta esfera, já que sua função é, precipuamente, prover as necessidades da família. A vida dos homens, portanto, não apresenta ambigüidades, nem impasses promovidos pelo choque entre o mundo doméstico e o mundo público.

O homem deve constituir-se, segundo o figurino da família burguesa, no único elemento de vinculação entre a esfera privada e a pública. Nesta linha,



No encontro face a face, as reações de Ted Kramer e Joana Kramer.

cabe ao homem desenvolver sua capacidade de raciocínio, suas faculdades racionais, e à mulher expandir seus dotes afetivos, a fim de que possa desempenhar, a contento, suas funções de esposa e mãe. A sociedade em pauta, portanto, produz uma profunda cisão na personalidade masculina e na feminina, destinando cada uma a uma esfera diferente da vida, e impedindo ambas de alcançarem a plenitude do desenvolvimento humano. A mulheres mutiladas correspondem, necessariamente, homens mutilados.

E Quem pode entender as razões de Joana?

Este fenômeno de mutilação é muito bem captado por Robert Benton, roteirista e diretor do filme *Kramer x Kramer*. Joana é uma artista que desempenha funções profissionais antes do casamento e para quem este representa o fim de uma vida ativa e gratificante. Durante os primeiros dois anos de casamento, Joana ainda está experimentando a nova vida e, talvez até, inebriada pelo seu papel de dona-de-casa e, sobretudo, de mãe. Com o correr do tempo, todavia, percebe a pequenez do mundo em que vive e a falta de horizontes de que padece sua vida.

Ted, seu marido, põe-se face à vida como o trabalhador capitalista perfeito: está inteiramente entregue à empresa para que trabalhe e nem sequer nota a presença da vida afetiva que tem lugar em seu lar, entre sua mulher e seu filho. À medida que progride em sua carreira, vai se tornando cada vez mais o homem da empresa e tornando-se incapaz de perceber o que se passa à sua volta no seu próprio lar. É assim, tomado de total surpresa quando Joana lhe comunica sua decisão de abandoná-lo. Nem mesmo chega a entender as razões de Joana. Em sua avaliação do grau de coragem que Joana precisou mobilizar para abandonar seu lar, predomina a ideologia machista, que condena "in limine" a atitude de uma mulher que nem sequer leva o filho pequeno para com ele partilhar uma nova vida. Nesta ideologia não há lugar para tentativas de compreensão das razões de Joana. Ao contrário, julga tratar-se de um impulso

momentâneo, que se transformará em volta ao lar num posterior momento de reflexão.

O fato é que Ted se vê diante da necessidade de arcar com as responsabilidades do lar, sem poder deixar de trabalhar na empresa que lhe paga um bom salário, justamente no momento em que recebe uma promoção. No desempenho das funções domésticas, Ted aparece, no princípio, como um verdadeiro estranho em seu próprio lar. Nem sequer conhece a marca dos produtos que come, não conhece os lugares em que se guardam os utensílios domésticos, não apresenta condições mínimas para atender às necessidades de alimentação de seu filho. Talvez na esperança de que Joana voltasse brevemente, na medida em que sequer roupas havia levado, mas possivelmente, também pelo fato de não ter se transformado inteiramente no monstro da companhia e, por isso, desejando manter o lar constituído, recusa-se a aceitar a sugestão do chefe da empresa de se livrar de Billy, o filhinho de cinco anos e meio.

Sua dimensão de pai vai crescendo e Ted, a cada dia, realiza melhor todas as tarefas que envolvem a criação de um filho. Paralelamente, entretanto, já não consegue satisfazer aos requisitos da empresa. Sua intensa vida afetiva interfere negativamente na eficácia de seu trabalho. Ted chega mesmo a perder o emprego, uma vez que já não se dedica integralmente ao mundo público. Torna-se um ser humano integral, que não mais se contenta em comportar-se como máquina na empresa, mas que valoriza a vida afetiva cotidiana, vivida intensamente em seu relacionamento com Billy. As contingências da vida transformam Ted num novo homem, sensível aos estados emocionais dos que o cercam, fundamentalmente, do filho. Em suma, Ted humaniza-se, desenvolve a faceta embotada de sua personalidade.

Neste momento, reaparece Joana que, ausente durante 15 meses, não teve oportunidade de observar a humanização do marido. Também ela havia se transformado profundamente.

Com o auxílio de uma analista e realizando-se profissionalmente, supera o desespero que a caracterizava quando abandonou seu lar, momento em que se julgava incapaz de ser boa mãe. Tendo abandonado a vida rotineira de dona-de-casa, na qual sua capacidade criativa permanecia contida e embotada, Joana também se transforma num ser humano completo. Desenvolve a face enrustida de sua personalidade e percebe, então, suas condições para dar a Billy, agora, a socialização que teria sido impossível no momento de sua partida. Por esta razão, por julgar-se capaz de, amando o filho e em tendo readquirido seu equilíbrio emocional, reivindica a custódia de Billy,

N *No julgamento
a compreensão
do papel de Billy*

o encontro face a face, em que Joana coloca a questão, Ted reage egoisticamente. Joana não tem direito de privá-lo da presença do filho. Este, todavia, pouco conta. Joana reivindica a custódia do filho porque se julga capaz de ser boa mãe; Ted reage contra esta pretensão por-

Creches: algumas

organizações exemplares

Jô Azevedo, Laurita Salles, e Tereza Racy

NO início de 79, alguns bairros em São Paulo — como o Jardim Miriam e o Jardim Savério — vinham reivindicando creche no local de moradia há mais de 7 anos. As mães haviam se organizado, discutindo o problema em reuniões, fazendo abaixo-assinados, indo à Prefeitura, na Coordenadoria do Bem Estar Social, protestar contra a falta de creches e exigir que ela fosse sanada. Houve até mesmo quem dissesse que creche era um luxo, ignorando o gravíssimo problema da guarda dos filhos de mães que vão trabalhar fora de casa. A resposta do poder público ao problema era a indiferença.

No I Congresso da Mulher Paulista, em 79, em que 700 mulheres de vários bairros de São Paulo discutiram seus problemas específicos, duas questões ficaram de ser encaminhadas urgentemente: a luta pela equiparação salarial e por mais creches nos locais de moradia e trabalho. Assim, houve uma certa unificação das lutas de creches dos diversos bairros no Movimento de Luta por Creches. As experiências foram trocadas e agora, as mães querem creche direta, pois as indiretas e particulares têm inúmeros problemas para se manterem devidamente. As caravanas de mães à Prefeitura se multiplicaram, e em locais onde elas ainda não haviam se organizado, começaram a se reunir para ver como fariam para ter uma creche no bairro.

CRECHE DIRETA

Em outubro de 79, o Movimento em S. Paulo contava com 5 regionais, que organizaram uma concentração no Largo São Bento, em que mais de 300 pessoas protestaram contra a falta de creches, exatamente no início da Semana da Criança. Caravanas de moradores dos bairros foram ao prefeito, nesse mesmo mês, e levaram suas crianças. Enquanto o prefeito recebia uma comissão de moradores, as crianças cantavam paródias de músicas infantis, como esta, da Ciranda: "O meu pai trabalha duro / o dinheiro nunca dá / eu preciso de uma creche / pra mãe ir trabalhar."

Reynaldo de Barros fez muitas promessas nessa ocasião. Disse que havia mandado ao BNH um projeto que previa a construção de 830 creches, mas que dependia da aprovação da verba por aquele órgão. Até agora, apenas 30 creches foram aprovadas nas regionais de Santo Amaro e Campo Limpo, uma no J. Miriam (regional de Vila Mariana) e outra, no Savério (regional Ipiranga). Também houve uma mudança de atitude em relação às mães. Da indiferença, a COBES passou ao lado oposto: a própria coordenadora anunciou que somente os bairros que reivindicassem creches é que teriam prioridade na construção. Outra insistência das mães, surpreendentemente, foi considerada pela COBES: a participação dos pais na orientação e admissão de funcionários do próprio bairro.

INFLUENCIA POLITICA

Mas, tudo isso não foi um "presente" da Prefeitura. As mães fazem questão de salientar que se trata de uma conquista do movimento. E que elas têm de estar atentas para que tudo ocorra do modo que necessitam. As dificuldades são grandes: as creches que estão sendo implantadas atenderão uma parcela muito pequena das crianças; às vezes, por motivos que as mães desconhecem, a Prefeitura resolve construir a creche em local inadequado para os moradores; e a admissão das funcionárias é feita depois de numerosos testes psicológicos e de saúde, em que muitas vezes uma simples veia saltada na perna serve como eliminatória.

Por isso, os moradores dos locais beneficiados criaram comissões de creches para fiscalizar a implantação, e o funcionamento da creche. Se a intenção municipal foi abafar o movimento com o simples anúncio da implantação de creches, o efeito conseguido foi justamente o contrário. As mães sabem que a luta prossegue para conseguir vagas para a totalidade das crianças do bairro.

Em outros locais, em São Paulo, como na Mooca, a luta apenas inicia. Em Osasco, a situação é semelhante. Já em São Bernardo, há outras experiências, como as creches comunitárias, que também têm déficit de vagas. Nas empresas, apenas algumas categorias, mais notadamente as bancárias, começam a levantar a questão.

Comparando com a organização dos bairros para conseguir creches, a luta nos locais de trabalho está muito "atrasada". Um fator que influi decisivamente é a distância do bairro ao trabalho, o que obriga a maioria das mulheres a tomar um ou mais ônibus para chegar ao serviço. É difícil levar as crianças nas conduções, normalmente superlotadas. Outro ponto a ser considerado é o desconhecimento, por parte da mulher que trabalha fora, da legislação que obriga as empresas com mais de 30 empregadas maiores a manter berçário. Tereza, enfermeira: "O pessoal precisa começar a se esclarecer mais, e lutar também aí".

As bancárias estão começando a discutir o assunto. As funcionárias do Banco do Brasil, por exemplo, vêm se organizando para fazer uma pesquisa junto aos empregados do BB, e analisar a melhor alternativa para elas. Outro ponto que pretendem incluir nas reivindicações é a revisão do projeto de licença maternidade, por 6 meses. Aparentemente trata-se de um ganho, mas as bancárias acreditam que essa medida poderia prejudicar a carreira bancária da mulher. Além disso, há outros problemas: a licença aliviaria a responsabilidade da empresa de manter berçários, e mesmo após os 6 meses, as crianças



As comissões nos bairros fiscalizam a implantação das creches, como esta do J. Miriam.

ainda vão precisar de cuidados. A opinião que vem sendo mais aceita é a de que o movimento por creches nos locais de trabalho seja mais amplo, no sentido de modificar a legislação trabalhista, que atualmente prevê o berçário na empresa apenas no período da amamentação.

Região Sul: insistência

A necessidade é a mesma em todos os bairros, mas a história da organização de cada um difere um pouco. A Região Sul, por exemplo, conseguiu um funcionamento em bloco, e por isso, conquistaram 30 creches diretas nas Administrações Regionais de Santo Amaro e Campo Limpo. Umas se encontram em fase de licitação, outras de preparação do terreno. E, as assistentes sociais têm feito reuniões com as mães do movimento. Sebastião Pereira de Sá, do Jardim Capela, a 30 km do centro: "Elas falam difícil, e não deixam o nosso pessoal falar. A única coisa boa são os cursinhos para o pessoal entender melhor a criança, mas se a gente não fica ali, insistindo, elas fazem do modo que elas querem".

Muitos bairros, como é próprio exemplo do Jardim Capela, não foram beneficiados no plano, e no entanto, são "veteranos" na luta. "A gente tá, enviando ofício, indo na Prefeitura, cobrando, voltando, faz mais de 5 anos, e nada. Eles lá falaram que só os bairros que reivindicassem é que iam ter creche. Cadê? Eles disseram pra gente que não tinha terreno bom no bairro, pra construir. Eu indiquei um — o melhor que tem por lá, puseram defeito, é inclinado, disseram. Pra que eles guardam todas aquelas máquinas na garagem?", pergunta Sebastião.

Outros problemas surgiram. Alguns nomes anunciados no plano não correspondem ao bairro beneficiado. É o exemplo de Figueira Grande e do Parque Alto, no Rio Bonito. No primeiro, o terreno ficava longe do bairro e os moradores foram reclamar no Cobes. Já no Parque Alto, o problema é maior. João Damásio, da Sociedade Amigos de Parque Alto: "Noossa creche foi parar na Cidade Dutra, a mais de 2 quilômetros daqui, e em bairro que as mães não precisam de creche. Nós mostramos um bom terreno aqui, eles disseram que não servia. E tem outra: a creche foi pra lá por politicagem, e eu sei que tem outra no programa que vai ser construída nem a 4 quarteirões dessa. Enquanto isso, tem tanta criança jogada na rua por aí, e a maioria das mães que precisa de creche são faveladas, não podem pagar".

Como resolver estas questões? As comissões de creche estão funcionando a todo vapor, fiscalizando o andamento da construção, da administração dos funcionários e preparando a implantação da creche no bairro. Essas comissões se reúnem de vez em quando, para ter uma idéia geral de como o plano está se dando na prática, e combater estes "lapsos".



Palmyra: "Nada é difícil para o povo consciente"

J. Miriam, 8 anos de luta

"Agora é preciso ampliar a creche que conseguimos", diz Palmyra Abrantes, 42 anos, ex-empregada doméstica, que acompanha há 8 anos a luta pela creche no bairro, junto com um grupo de outras 20 mães. Isto porque apesar da creche ser direta, vai atender apenas a 80 crianças. Além desse problema, o grupo de mães que vem levando a luta está enfrentando outro: os numerosos exames necessários para ingresso no funcionalismo público. Araci, costureira: "você acredita que eu tenho uma única variz na perna e eles disseram que se eu não operasse, estava impedida? Conheço funcionário público com a perna cheia delas. Eles não têm critério, mesmo". Serão contratadas 28 pessoas para trabalhar na creche, e as mães insistem que sejam moradores do bairro, saibam das dificuldades que enfrentam, e estejam dispostos a participar.

As mães do Jardim Miriam enfrentaram muitas dificuldades para conseguir o que queriam. No início, eram apenas 10 no clube de mães, e estas fizeram um abaixo-assinado para a Cobes, pedindo creche. Eles foram cobrando o encaminhamento do processo, e seguindo toda a burocracia necessária. Não havia terreno, disse a Prefeitura; as mães providenciaram. Reivindicaram a construção, depois disso, e que a creche fosse direta. Palmyra: "A Cobes disse que era impossível. Mas não dá pra ser indireta. Constrói o prédio e quem mantém? Depois de muito sacrifício, conseguimos. Aí veio outro problema. Se vierem funcionários de fora, não vão entender os problemas das mães. Demorou 6 meses pra convencer a Prefeitura a admitir gente nossa, e eles inventam um monte de complicações. Vai acabar essa agonia, temos que lutar pela ampliação."

O pessoal não desanima? A resposta de Palmyra: "Não foi fácil conquistar a creche, e essa luta não termina nunca. Quando a gente teve que

ir na Prefeitura, tinha mãe que não ia porque não tinha dinheiro pra condução. Fizemos feijoada, pedágio, roupa pra vender, conseguimos dinheiro, e todas puderam participar. Teve mês que nós fomos 3 vezes na Cobes, pra saber do processo. Acharmos que muita mãe não participava porque as reuniões eram na igreja, daí marcamos na Sociedade Amigos. Quase sempre demos com o nariz na porta fechada. Enfrentamos muitas dificuldades. Mas quando a gente sabe o que quer, nada é difícil."

Ela acha que as mães que não participam em sua maioria são tímidas e ainda não tiveram oportunidade para perceber a importância de uma creche: "É uma grande necessidade ter creche. Eu, quando cheguei em São Paulo, da Bahia, tinha 10 filhos e ia trabalhar. Uns ficavam trancados em casa. Aí nós eu e outras mães começamos a discutir e vimos que se tivesse um lugar pra deixar, que tratassem bem, seria mais fácil. E que se a gente lutasse junto, ia beneficiar muita gente. Mas o governo sabe disso, e nem era preciso fazer pressão pra ele dar creche, é direito e necessidade do povo. Mas ele sabe o que o povo sente, sabe que ele não sabe discutir os seus direitos, e é assim que o governo quer o povo: calado, de baixo dos pés. Por isso não tem creche. Tem mãe que acha que filho é um peso, um atraso. Mas a gente começa a perguntar porque é que a gente, que é mais pobre, não pode ter filhos? Por que o salário não dá, não tem onde deixar e essas coisas. Então não está errado ter filhos, mas sim não ter bom salário, creche, e tudo que precisa."

Novo Osasco, adesões

A reivindicação por creches, em Osasco, começou a ficar mais organizada também no final do ano passado, durante a comemoração do Ano Internacional da Criança. As mães do bairro de Nova Osasco se reuniram e fizeram um abaixo-assinado com mais de 1.800 adesões. Aí, resolveram levá-lo ao prefeito Guaçu Piteri, no último dia 6. Piteri estava doente, e elas foram atendidas pelo seu assessor, que deu milhões de desculpas — não havia casas adequadas naquele bairro que pudessem ser alugadas para a creche, e muito menos terrenos da Prefeitura para a construção de uma, subestimando a capacidade de argumentação das mães.

Calmamente, elas desenrolaram um mapa obtido na própria Prefeitura, nas seções Técnica e da Fazenda, em que fica comprovada a existência de nada menos que 4 lotes municipais. Elas até já tinham escolhido o mais apropriado, na rua Djalma, esquina com a Teófilo Vaqueiro.

A representante do grupo foi Marizete Queiroz Silva: "Precisamos de uma creche urgente, pois todas as mães que necessitam são operárias, precisam trabalhar e não podem pagar uma pessoa — que está cobrando mais de mil cruzeiros — e a gente ainda tem que pagar a alimentação".

J. Savério, 30 vagas apenas

As mães do Jardim Savério, no Ipiranga, não estão satisfeitas com a creche que a Prefeitura está instalando no bairro. Afinal, depois de lutarem por 8 anos, ela, apesar de também ser direta, é muito pequena: vai atender apenas 30 crianças. Luzia está desde o início da luta do grupo de mães do Savério. "No começo, a gente discutia os problemas do bairro umas nas casas das outras. Faltava um posto de saúde, asfalto nas ruas, e creche. Foi assim que a comunidade local foi formada". Depois disso, ergueram um barracão, onde hoje fazem suas reuniões. Em 79, elas participaram das atividades do Ano Internacional da Criança, discutindo os problemas ligados à educação sadia das filhas, e formou-se uma comissão só para lutar por creche.

Este grupo foi inúmeras vezes à SURSS — Supervisão Regional de Serviço Social, da AR Ipiranga, ligada à Cobes, para reivindicar a instalação de uma creche. A primeira proposta que receberam: a prefeitura daria material e assessoria técnica, e a construção seria feita em mutirão no bairro. Os moradores aceitaram, mas o Prefeito resolveu voltar atrás. A seguir, as assistentes sociais aconselharam as mães a procurar uma casa no bairro, para alugar. Depois de muito procurar, conseguiram encontrar uma, recusada pelas assistentes, "por falta de área livre para as crianças". As mães continuaram a insistir.

Foi no início de fevereiro que a creche começou a ser construída, mas bem sobre o único campo de futebol da criança do bairro. Luzia: "Quando a gente viu, a construção já estava pronta e não dava para reclamar". Nem do campo de futebol perdido, e nem da capacidade da creche, que atenderá 30 crianças entre 3 meses e dois anos. Além disso, a construção servirá também às atividades do Centro Comunitário.

"As mães ficaram em dúvida", afirmou Luzia, "e acharam que a prefeitura fez a creche pequena para tapar a boca do pessoal, e ver se paravam de reclamar. Eles também queriam fazer creche conveniada, mas nós não aceitamos, pois não tínhamos dinheiro para manter. Voltamos à Supervisão e explicamos o caso, pedindo creche direta".

Agora, vão continuar a reclamar: "Queremos que crianças mais velhas de 2 anos também sejam atendidas. É só com 7 anos que elas podem ir para escola. Como é que dá para trabalhar direito, se um dos filhos está bem cuidado e os outros não?"

Nos quintais da Mooca

No centro da Mooca, a luta por creches começa agora. No ano passado, integrantes das comunidades da Paróquia de São Rafael resolveram pesquisar as condições de vida dos moradores dos quintais, ou habitações coletivas. São 70 e 32 foram incluídas no estudo. O maior problema, depois das péssimas condições de habitação — 2,7 pessoas em média por cômodo, quando a média ideal é de 1,5 pessoas; um banheiro para cada 13 famílias; um tanque para 11 famílias; 15 famílias para uma pia — foi a falta de creches. A maioria das mães dos cômodos trabalha, e não têm onde deixar as crianças. E este problema se acentua pela falta de espaço. As crianças ficam sujeitas a acidentes, quando trancadas nos cômodos, ou se tornam indesejáveis, pois a convivência nos quintais é quase intolerável pelo amontoamento de muita gente em pouco espaço.

Maria Orlanda da Silva, 29 anos, duas crianças pequenas, moradora de um quintal da rua Madre de Deus: "Eu vi na televisão que noutros lugares as mães estavam lutando por creche. Aí, quando o pessoal foi discutir a pesquisa lá no quintal, nós tivemos a idéia de reunir e ir também pedir creche. Eu já trabalhei numa creche em Serra Negra, é uma boa coisa pras crianças. Precisa mesmo, porque a mãe não sossega no serviço se as crianças não estão bem. Eu mesmo, deixo as crianças trancadas".

Em S. Bernardo

O movimento por creches, em São Bernardo, ainda está dando seus primeiros passos, segundo a vereadora da oposição, Ivone Soares Quaglia. Foram construídas 5 creches comunitárias, nos bairros, como as mulheres reivindicavam, supervisionadas pela Fundação Municipal do Bem Estar do Menor. O atendimento é de apenas 200 crianças, até 2 anos. Há também os lares substitutos: as mães que não trabalham fora se encarregam de cuidar de pelo menos 2 crianças até 5 anos, assessoradas pela Febem. Há mais 3 creches, no município, entidades particulares nos bairros mais abastados.

Agora, as mães de São Bernardo estão lutando por convênios da Prefeitura com entidades particulares, beneficentes ou religiosas, e para isto enviaram um abaixo-assinado a Tito Costa. Querem também que se inicie a imediata construção de creches-modelo, diretas, as mais simples possíveis, facilitando a adaptação da criança. "Não adianta tirar a criança da favela e colocá-la numa estrutura monumental — haverá um choque de realidades", disseram elas. Ivone: "Não importa somente lutar por creches, mas também pela participação feminina nas decisões políticas. É só assim, participando da feitura das leis é que se alterarão as condições vigentes. A mulher tem que ter um espaço político. Veja a legislação que existe sobre creche. Além de ser falha, pois as empresas são obrigadas a manter berçário apenas no período de amamentação, e eu pergunto aonde ficam as crianças até os seis anos — não há nenhuma fiscalização a respeito. Aqui, o Posto Regional do Trabalho levantou a número de firmas que mantêm convênios com berçários, e apenas 10% não tem. Mas alguém se lembrou de perguntar aonde ficam as creches conveniadas? Eles são tão distantes — tanto do bairro que a mulher mora, como da fábrica — que nem são usadas".

Matar a fome.

De pão e de liberdade

1. "Bendita sois vós..."

Permitam-me, caros irmãos e irmãs reunidos no interior e em torno desta venerável basílica de Saint Denis, onde se encontram os túmulos dos reis da França, saudar juntamente com vós, Maria, a mãe de Cristo.

As palavras desta saudação são conhecidas por todos. Certamente, mais de uma vez, vocês a pronunciaram ou ouviram outras pessoas as pronunciando:

"Bendita sois vós entre as mulheres.
E bendito é o fruto de vosso ventre" (LC 1,42)

Saudação endereçada a uma mulher que carrega no seu seio um homem: o fruto da vida e o início da vida. Esta mulher vem de linho, de Nazaré, e ela entra na casa de seus pais que ela veio visitar. E dentro da casa, ela ouviu: "E bem-aventurada tu, que creste, porque se não de cumprir as coisas que da parte do Senhor te foram ditas" (LC 1,45). No último dia de maio, a Igreja rememora esta visita e estas palavras, ela saúda Maria, a mãe de Jesus Cristo. Ela rende uma homenagem à maternidade, no momento em que esta ainda é um mistério no seu seio e no seu coração.

A fé no homem

Eu quero primeiro render homenagem à maternidade, e à fé no homem que ela implica. Eu quero, em seguida, render homenagem ao trabalho do homem, este trabalho pelo qual o homem procura a vida dos seus, de sua família antes de mais nada — esta família, portanto tem direitos fundamentais: este trabalho pelo qual o homem realiza sua vocação para o amor, pois o mundo do trabalho humano é construído sobre a força moral, sobre o amor. É o amor que deve inspirar a justiça e a luta pela justiça.

2. Prestar homenagem à maternidade significa aceitar o homem na sua plena verdade e na sua plena dignidade, e isto após o próprio início. O início do homem é no coração de sua mãe...

...nesta grande reunião, da qual participam sobretudo trabalhadores, eu gostaria de saudar cada homem, cada mulher, em função da grande dignidade que ele possui após o primeiro momento de sua existência no coração de sua mãe.

É lá que se inicia tudo o que somos.

Em sermão a milhares de trabalhadores no bairro operário de Saint Denis, em Paris, sábado passado, o papa João Paulo II afirmou que o futuro do mundo depende do respeito aos direitos do homem, da família, da nação e da humanidade. Por isso, disse, o problema básico do mundo do trabalho é a luta pela justiça social. João Paulo II exaltou o culto à maternidade, primeira medida da dignidade humana e primeira condição do respeito aos direitos invioláveis da pessoa humana. Para o papa, "o homem não vive só de pão. Ele também tem fome de liberdade, quando são violados alguns de seus direitos também fundamentais, como o direito à liberdade de consciência e à liberdade religiosa". Nesta página e na seguinte, o sermão de João Paulo II em Saint Denis.

A primeira medida da dignidade do homem, a primeira condição do respeito dos direitos invioláveis da pessoa humana, é a honra devida à mãe. É o culto à maternidade. Nós não podemos separar o homem do seu início humano. Atualmente, após termos aprendido tantas coisas a respeito dos mecanismos biológicos que, nos seus respectivos campos, determinam o início, é preciso que nós, com uma consciência ainda mais viva e uma convicção ainda mais ardente, proclamemos o início humano — profundamente humano — de todo o homem como sendo o valor fundamental e a base de todos os seus direitos. O primeiro direito do homem é o direito à vida. Nós devemos defender este direito e este valor. Em caso contrário, toda a lógica da fé no homem, todo o programa do progresso verdadeiramente humano será atingido e acabará desmoronando.

Na soleira da casa de Zacarias, Isabel disse a Maria: "E bem-aventurada tu, que creste" (LC 1,45). Rendamos homenagem à maternidade, porque é nela que se expressa a fé no homem. Eu sinto uma alegria adicional em fazer isto na véspera da festa que todas as famílias francesas dedicam às mães.

O ato da fé no homem é o fato de os seus pais lhe darem a vida. A mãe o carrega no seu seio, e ela está disposta a sofrer todas as dores do parto; com todo o seu ego feminino, com todo o seu ego maternal, ela proclama a fé no homem. Ela rende testemunho do valor que está nela e que a ultrapassa ao mesmo tem-

po, o valor que constitui aquele que, ainda desconhecido, plenamente existente no seio de sua mãe, deve nascer e deve manifestar ao mundo como um filho dos seus pais, como uma confirmação da humanidade deles, como um fruto do amor deles, como um futuro da família: da família mais próxima e simultaneamente de toda a família humana.

Talvez esta criança será fraca, inadaptável; talvez ela será deficiente. Isto acontece às vezes. A maternidade sempre é uma dor — o amor pelo qual se paga com o sofrimento — e este amor deve ser ainda maior do que a própria dor do parto. Esta dor pode estender-se durante toda a vida da criança. O valor da humanidade é confirmado também por estas crianças e por estes homens nos quais ele é retardado e onde sofre, às vezes, uma dolorosa degradação...

É um elemento a mais para dizer que não é suficiente definir o homem segundo todos os critérios biofisiológicos, e que é necessário acreditar, desde o princípio, no ser humano.

Bem-aventurada és tu, Marla, que creste, este que carregas no teu coração, como o "druit" de tuas entranhas, vlrá ao mundo na noite de Belém. Depois, ele anunciará o Evangelho ao mundo e subirá numa cruz. É para isto que ele veio ao mundo, para render testemunho da verdade. Nele se manifestará a verdade do homem, o mistério do homem, sua última e mais elevada vocação: a vocação de todos os homens, mesmo do homem cuja humanidade talvez não chegue a um desenvolvimento completo e normal, de todos os homens sem exceções, não dependendo de qualquer consideração de qualificação ou de níveis de inteligência, de sensibilidade ou de resultados físicos, mas em virtude de sua própria humanidade, do fato de ser um homem. Porque graças a isto, graças à sua própria humanidade, ele é a imagem e a semelhança do Deus infinito.

3. Eu sei que neste público se encontram sobretudo trabalhado-



res que me ouvem. Este bairro, em torno desta basílica carregada de história, transformou-se atualmente num dos bairros mais operários de Paris, e eu sei que muitos trabalhadores, franceses e estrangeiros, vivem e trabalham aqui em condições freqüentemente precárias de habitação, de salário, de emprego. Eu penso particularmente naqueles que vieram de longe, de Portugal, da Espanha, da Itália, da Polónia, da Jugoslávia, da Turquia, do Norte da África, do Mali, do Senegal, do Sudeste asiático. Apesar dos esforços que foram feitos para eles e da acolhida que eles tiveram neste país, acrescenta-se necessariamente à dura condição de trabalho um desenraizamento, ainda mais penoso porque às vezes a família é deslocada entre o país de origem e o país de trabalho. Existe também o sofrimento de um anonimato que pode causar a nostalgia do calor afetivo da cidade ou da aldeia natal. Sim, esta vida urbana atual torna difíceis as relações humanas, na corrida sem fim entre o local de trabalho, o alojamento familiar e os locais de abastecimento. A integração das crianças, dos jovens, dos idosos causa freqüentemente problemas atrozes. Daí o apelo para trabalharem juntos, para criarem condições de vida sempre mais humanas para todos. A presença de emigrantes sempre é uma fonte de intercâmbios frutíferos para uns e para outros.

O apostolado cristão

Eu quero, principalmente, encorajar o apostolado cristão que está empenhado numa verdadeira campanha de evangelização pelos padres, pelas religiosas, pelos leigos jovens e adultos, todos devotados a este mundo trabalhador.

Eu vou lembrar agora uma reflexão exigente sobre o trabalho do homem e sobre a justiça: que todos os que eu acabo de evocar saibam bem que eu encaro em espírito a situação deles, seus esforços, e que eu quero manifestar-lhes todo o meu afeto e também às famílias deles.

4. Existe um laço estreito, existe um laço particular entre o trabalho do homem e o ambiente fundamental do amor humano, que leva o nome de família.

O homem trabalha desde as origens para submeter a terra e para dominá-la. Esta definição do trabalho nos é dada pelos primeiros capítulos do livro do Gênesis. O homem trabalha para assegurar a sua subsistência e a de sua família. Esta definição de trabalho nos é dada pelo Evangelho, pela vida de Jesus, Maria e José, e também pela experiência quotidiana. Estas são as definições fundamentais do trabalho humano. Tanto uma como a outra são autênticas, ou seja, são plenamente humanistas, e a segunda comporta em si mesma uma plenitude particular do conteúdo evangélico.

É necessário seguir estes conteúdos fundamentais para assegurar ao homem um local adequado no conjunto da ordem económica. De fato, é fácil perder este lugar. Ele é perdido quando se considera o

trabalho antes de tudo como um dos elementos da produção, como uma "mercadoria" ou um "instrumento". Pouco importa o nome dos sistemas sobre os quais esta posição se apóia: se o homem é submetido à produção, ele se torna apenas o instrumento em detrimento ao trabalho, ao trabalho humano, à sua dignidade e ao seu sentido específico. Eu gostaria de lembrar aqui a célebre frase do cardeal Car-dijn: "Um jovem trabalhador vale mais que todo o ouro do mundo".

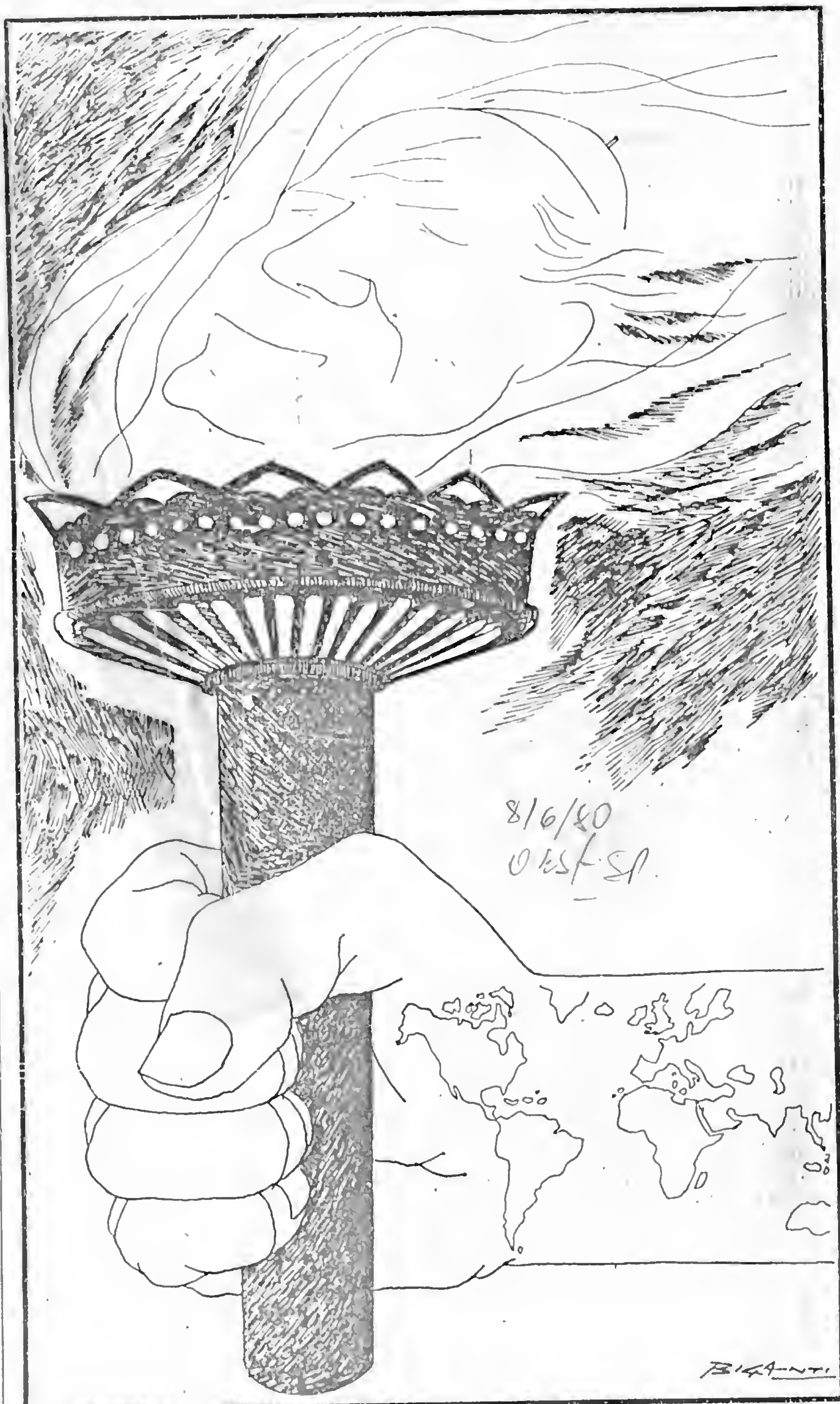
Primeiro, a família

É porque, entre as diversas medidas que permitem avaliar o trabalho do homem, é necessário colocar no primeiro plano a medida da família. Uma vez que o homem trabalha para assegurar a subsistência de sua família, isto significa que no seu trabalho ele coloca toda a fadiga quotidiana do amor. Pois é o amor que faz nascer a família, e ele é a sua expressão constante, seu ambiente estável. O homem também pode amar o trabalho pelo próprio trabalho, porque ele lhe permite participar da grande obra da dominação da terra, obra desejada pelo Criador. E este amor, certamente, corresponde à dignidade do homem.

Mas o amor que o homem coloca no seu trabalho não encontra a sua medida plena se ele não o relacionar, se ele não o unir aos próprios homens, e sobretudo aos que são a carne de sua carne, o sangue de seu sangue. Portanto, o trabalho

não pode destruir a família; ele deve, pelo contrário, uni-la, ajudá-la a uma maior coesão. Os direitos da família devem ser profundamente inscritos nos próprios fundamentos de todos os códigos do trabalho, porque o assunto principal é o homem, e não apenas a produção e o lucro. Como encontrar, por exemplo, uma solução satisfatória ao problema — existente em muitos países — da mulher que trabalha na fábrica, segundo um ritmo desgastante, e que diz respeito ao problema constante de sua presença em relação aos filhos e ao marido?

Eu proponho aqui um amplo programa, que poderia ser o objeto de estudo de numerosos especialistas que poderiam abordar todo o seu conteúdo. Eu me limito a alguns aspectos que me parecem ter uma importância capital. No decorrer da minha vida, eu tive a oportunidade, esta graça de Deus, de poder descobrir estas verdades fundamentais a respeito do trabalho humano graças à minha experiência pessoal no trabalho manual. Enquanto eu viver, vou me lembrar dos homens aos quais me ligou o mesmo canto de trabalho, tanto nas pedreiras como nas fábricas. Eu não me esquecerei jamais da cordialidade humana que meus companheiros de trabalho manifestaram em relação a mim. Eu não me esquecerei jamais das conversas que tivemos, nos momentos livres, a respeito dos problemas fundamentais da existência e da vida dos trabalhadores. Eu sei que valor tinham para estes homens que eram simultaneamente pai de famí-



lia, o sustento dela, o futuro de seus filhos, o respeito devido a suas esposas, a suas mães.

Desta experiência de alguns anos, eu retenho a convicção e a certeza de que no trabalho se expressa o homem como um indivíduo capaz de amar, orientado em direção aos valores fundamentais, através de sua solidariedade com todos os homens ...

Os trabalhadores

Na minha experiência de vida, eu aprendi o que é um trabalhador e eu carrego isto no meu coração. Eu sei que o trabalho é também uma necessidade, às vezes uma dura necessidade, e portanto o homem deseja transformá-la em função de sua dignidade e do seu amor. É nisto que reside a sua grandeza. Frequentemente, as condições de vida obrigam os homens a abandonarem sua pátria para irem à procura de trabalho, como é o caso de muitos dos que me ouvem. É desejável que toda a sociedade seja capaz de oferecer trabalho suficiente aos seus próprios cidadãos; caso, porém, a emigração por motivo de trabalho se tornar uma necessidade, eu desejaria que todos os que se encontram nesta situação saibam transformar esta necessidade numa medida do amor que os liga aos que lhe estão próximos: suas famílias e seus países de origem. É errado dizer que o trabalhador não possui uma pátria. Na verdade, ele é, de uma maneira muito particular, um representante do seu povo. Ele é o homem de sua própria casa, no trabalho humano estão inscritos sobretudo a fé do amor, a necessidade do amor e a ordem do amor.

A própria liturgia moderna fala disto, utilizando-se das palavras do Apóstolo Paulo que sabe-se, vivia do trabalho de suas mãos: "Fugi do mal com horror, aderi ao bem. Amai-vos reciprocamente com amor fraternal... Nos dias de esperança, alegrai-vos, nos dias de provas, mantenham-se bem, rezai com perseverança... e que a vossa casa seja sempre acolhedora... alegrai-vos com os que se alegram, chorai com os que choram. Tende entre vós uns mesmos sentimentos." (RM 12, 9-16).

5. O mundo do trabalho humano deve ser sobretudo um mundo construído sobre a força moral: ele deve ser o mundo do amor e não o mundo do ódio.

É o mundo da construção e não o da destruição. No trabalho humano estão inscritos profundamente os direitos do homem, da família, da nação, da humanidade. O futuro do mundo depende do respeito ao trabalho.

E isto quer dizer que o problema fundamental do mundo do trabalho não é atualmente a justiça e a luta pela justiça social? Pelo contrário: isto quer dizer que não existe maneira de se separar a realidade do trabalho humano desta justiça e desta nobre luta.

A liturgia de hoje, na festa da visitação de Maria, não fala disto também de uma certa maneira? A verdade a respeito da justiça de Deus não ressoa ao mesmo tempo que a adoração de Deus, por meio da misericórdia que é para todas as gerações, nas palavras que o evangelista Lucas colocou na boca da Virgem, que carrega no seu seio o Filho de Deus? "Ele manifestou o poder do seu braço; dissipou os homens de coração orgulhoso. Depois do trono os poderosos e elevou os humildes. Encheu de bens os que tinham fome e despediu vazios os que eram ricos" (Lucas 1, 51-53).

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FCCH TP RDE*Data: *10/06/80*Pág. *—*

Pasta n.º

N.º do recorte

A creche do HSPE

O Hospital do Servidor Público Estadual "FMO", órgão do Iamspe, mantém em funcionamento, desde 1973, uma creche que atende mensalmente a cerca de 150 crianças, filhos de funcionários da instituição. Inicialmente, ela tinha capacidade para receber 40 crianças de até 12 meses de idade. Posteriormente, com o apoio recebido do superintendente do Iamspe, Francisco de Assis Freitas, e da Secretaria da Administração, as instalações passaram por sucessivas reformas e adaptações e, hoje, a creche está em condições de atender a todos os filhos de funcionárias.

A creche do Hospital do Servidor funciona de segunda a sábado, das 6 horas às 19h30, horário em que, normalmente, terminam as jornadas de trabalho das mães funcionárias. A grande maioria das crianças que frequentam a creche é representada pelos filhos das funcionárias que exercem as funções de atendente, pessoal de limpeza, auxiliar de enfermagem e escriturária.

A creche fornece toda a alimentação para os bebês matriculados e, segundo a encarregada da entidade, cerca de 50% das crianças recebem "aleitamento materno", e, para tanto, as mães têm licença das respectivas chefias para comparecer à creche na hora da amamentação.

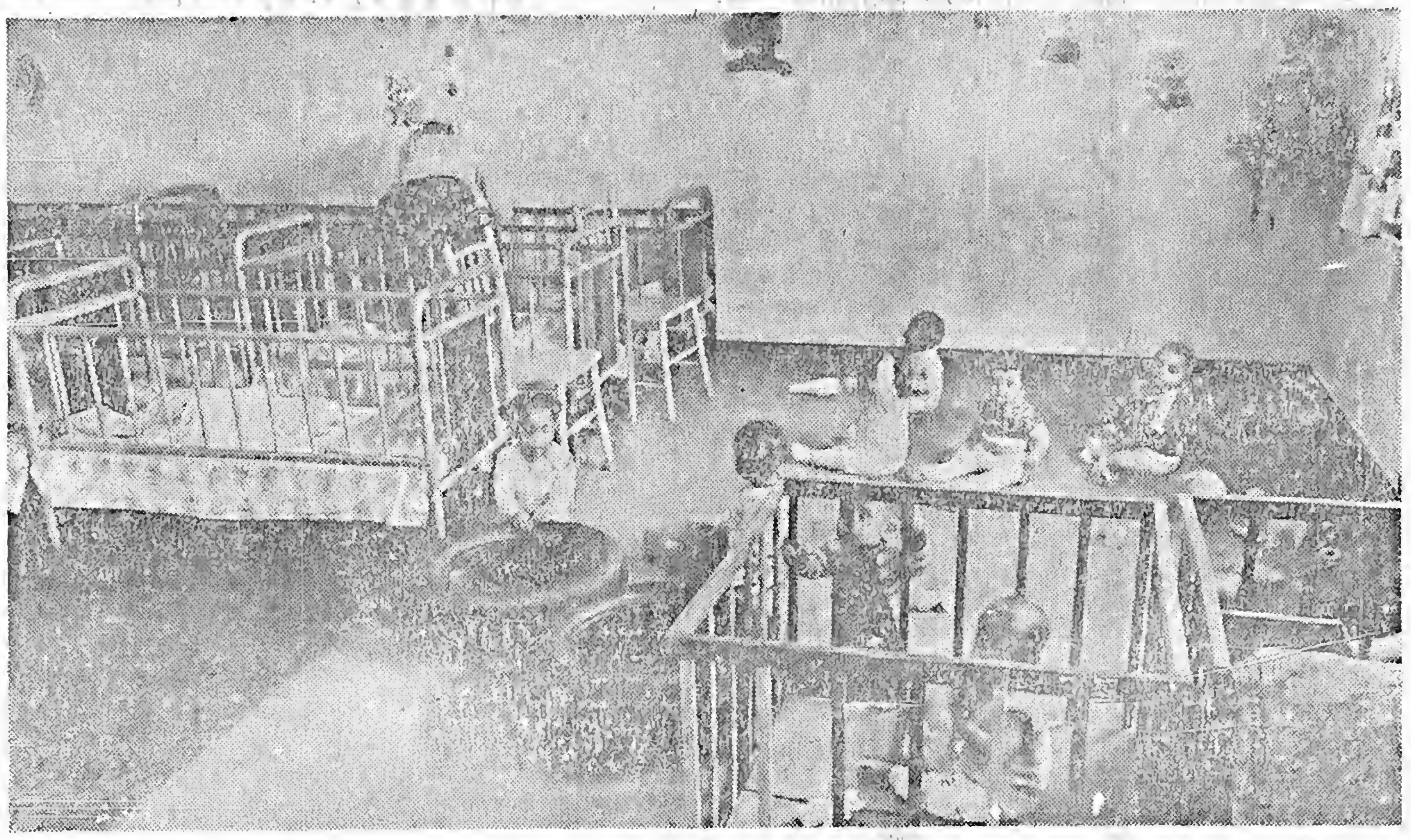
A alimentação fornecida aos bebês matriculados é preparada por duas cozinheiras, sob a supervisão de uma nutricionista do HSPE. Há crianças de todas as idades na creche do Hospital do Servidor, desde o bebê de poucos dias até aquelas em idade de quatro a cinco anos. O número de horas que cada criança passa na entidade é variável, indo de seis a 12 horas por dia, conforme as tarefas de cada mãe e ainda conforme os turnos de trabalho de cada uma.

Por motivos elementares, visando à preservação das crianças contra germes trazidos de fora, o regulamento interno da creche proíbe visitas de pessoas estranhas, ou mesmo de familiares do bebê. Somente as mães têm acesso às instalações e em horas absolutamente indispensáveis, tais como as horas de amamentação. Fora disso, não é permitida a entrada de ninguém. Os remédios eventualmente administrados nas crianças são rigorosamente receitados pelos médicos que cuidam dos bebês e de suas eventuais patologias. A creche fornece, também, a administração diária de vitaminas, sob prescrição pediátrica.

A creche do Hospital do Servidor Público do Estado, dirigida pelo médico Adolfo Birman, conta, ainda, com um pediatra, uma assistente social, uma psicóloga, uma terapeuta-ocupacional, uma auxiliar de enfermagem, uma nutricionista, duas cozinheiras, cinco atendentes, especializadas e 35 serventes diversas.

"O São Paulo" - 6/12 jun 80 - 1ª pag
Dificuldade em manter as creches

Foto de Maurício Simonetti/Agência F4



Na PEQUENO PRÍNCIPE até pneu desinfetado ajuda no berçário

Estamos publicando a última das três reportagens sobre creches em nossa Capital. Trata-se das dificuldades de manutenção das creches nos bairros da periferia. Como é que dá para

atender as crianças? Esta é a pergunta que surge quando se conhece a situação das creches construídas e mantidas "na raça", pelos próprios moradores da periferia de São Paulo.

Para essas creches falta tudo: pessoal para trabalhar, instalações adequadas, assistência médica e pedagógica necessária e principalmente dinheiro. Muitas delas sobrevivem mais pe-

la teimosia de algumas pessoas, preocupadas com a falta de local onde as mães possam deixar os filhos seguros e bem cuidados, quando vão trabalhar.
(Leia na página 5)

CRECHES

As dificuldades de

manutenção nos bairros

Reportagem de Jô Azevedo e Laurita Salles
Fotos de Maurício Simonetti - Agência F4

Como é que dá para atender as crianças? Esta é a pergunta que surge quando se conhece a situação das creches construídas e mantidas "na raça", pelos próprios moradores da periferia em São Paulo. Para essas creches falta tudo: pessoal para trabalhar, instalações adequadas, assistência médica e pedagógica necessária, e, principalmente, dinheiro. Muitas delas sobrevivem mais pela teimosia de algumas pessoas, preocupadas com a falta de local onde as mães possam deixar os filhos seguros e bem cuidados, quando vão trabalhar. Essas pessoas, como é o caso de João Damásio, do Parque Alto, na zona Sul, no final das contas, são muito mais sensíveis aos problemas da população que a própria Prefeitura, e não conseguiram cruzar os braços, quando perceberam a gravidade da questão.

O sistema de convênios, das entidades particulares com a Prefeitura se perde no meio de tanta burocracia, e mesmo funcionando, as verbas demoram a ser liberadas. Em alguns casos, elas nem são conseguidas, por falta de "condições mínimas" da creche. Só que as assistentes sociais das AR's não levam em consideração que essas creches só terão as tais condições se receberem verbas para funcionar. Verbas decentes, e não apenas parciais, como acontece hoje.

As entidades particulares, algumas delas de congregações religiosas, também enfrentam dificuldades para atender à demanda do bairro. São muitas as crianças que esperam na fila para entrar na creche. Mesmo para estas entidades, é difícil cobrir todos os gastos. A verba dada pelo município é parcial e mal dá para pagar a alimentação. Certas coisas, como o café por exemplo, passam a ser consideradas luxo, por que o dinheiro dá para comprar o estritamente necessário. Muitas delas estão se reunindo agora, para reivindicar 100% de verba — pois a Prefeitura fornece apenas metade do per capita mensal, para 70% das crianças. Essas creches acabam dispendendo esforço enorme, promovendo festas e bazares, chás e almoços, para conseguir cobrir o orçamento.

Por outro lado, devido à própria necessidade, elas acabam encontrando recursos que, de outro modo, passariam despercebidos. Como por exemplo, o pessoal que trabalha nas creches, na maioria das vezes mães do próprio bairro, que com a prática acabam se tornando as "pedagogas" dessas entidades.

Aqui, 2 exemplos de creches espontâneas — Americanópolis e Parque Alto, uma entidade particular, uma creche indireta — o padrão tido como "ótimo" pela Prefeitura.

Creche particular



João Damásio: "A verba municipal não vem porque eu sou da oposição".

— "A Prefeitura e o Estado fazem uma propaganda enorme com as creches, mostram estatísticas, mas quem assume todo o ônus social são mesmo as entidades que as mantêm", reclama a Irmã Iradi Lumbieri, diretora da Creche Pequeno Príncipe, mantida pelas Irmãs Carbrini, no Jardim Primavera, em Santo Amaro. "Apesar de bem instalada, em comparação com as creches espontâneas, se contando com o trabalho de 32 pessoas — pagens, professoras, dentista, médico, administradora, etc. — a creche enfrenta dificuldades financeiras, para atender as 190 crianças. As mães pagam uma taxa simbólica — de Cr\$ 100 a 300, de acordo com o salário — e o que entra, não cobre nem 1/10 do gasto. "Gastamos atualmente Cr\$ 439.374,00 por mês, com alimentação, pessoal e manutenção, o que dá um per capita de Cr\$ 2.312,00. A COBES nos envia cerca de 150 mil, sobra mais de 280 mil que a entidade tem que providenciar. Além disso, economizamos 110 mil com pessoal voluntário. Na alimentação, ahorta nos livra dos gastos com verduras, mas café não se toma. Foi substituído por chá, que é mais barato. Frutas? Só banana e laranja", explica Ir. Iradi. "Material pedagógico: suca-

— As crianças em sua maioria são filhos de favelados. De manhã, as crianças chegam sem café, e à tarde, o lanche composto por creme de aveia, canjica, ou leite e pão, para muitas delas será a última refeição do dia. Ir. Iradi: "No fim de semana, a maioria das crianças perde peso, e muitos bebês voltam com diarreia, vômitos, porque a dieta de leite foi alterada. Geralmente as mães põem mais água e maizena, não por maldade, mas por falta de condições financeiras". Os pais têm reuniões mensais, onde são discutidos os problemas pedagógicos e de encaminhamento, além de orientados, em termos de saúde e higiene. "Quem trabalha em creche, tem que dar o fim de semana, para educar os pais também. Acho um absurdo as escolas ficarem fechadas no sábado e domingo, pois elas poderiam fazer um bom trabalho de educação popular", continua Ir. Iradi.

AS ESTATÍSTICAS DE MALUF

Diretoras desta creche e de outras, particulares, da região têm se reunido, para reivindicar à COBES o pagamento do per capita integral, porque entendem que é obrigação municipal. Ir.

Iradi: "Por que não aumentar o per capita das creches que existem e que fazem trabalho com a população de rendimento mais baixo? Na FEBEM, o menor infrator custa ao Estado 16 mil por mês, cada um. O menor não infrator, também na FEBEM sai por 6 mil. Pois empreguem dinheiro em creche que não haverá mais menor infrator".

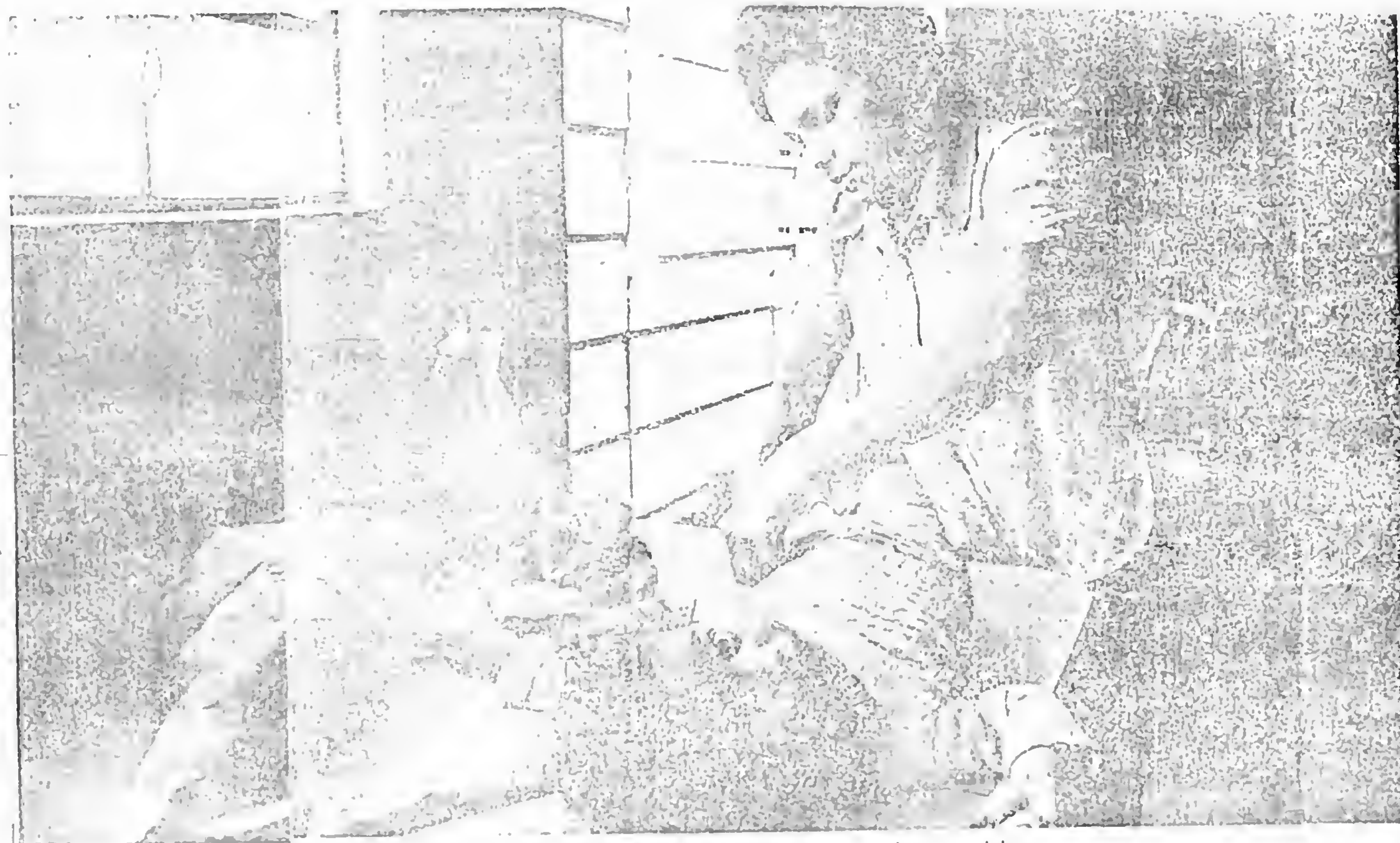
Ir. Iradi fica indignada quando Maluf ou Reynaldo de Barros dizem algo em função do atendimento à infância pré-escolar: "Todas as estatísticas que eles usam são sobre o atendimento que nós fazemos. Eles não estão preocupados com o povo ou com as nossas dificuldades, apenas querem fazer sua demagogia, mentindo".

Enquanto isso, a fila de crianças aumenta cada dia que passa; para uma vaga, na Pequeno Príncipe, há 70 que já deixaram nome inscrito. As mães não têm queixa. Pelo contrário: "As minhas 2 crianças reclamam quando é fim de semana", explica Maria das Graças Paixão Leandro, doméstica. "Elas querem ir à creche também no sábado e domingo. Acho creche uma necessidade, os filhos ficam bem tratados e a gente vai trabalhar sossegada. É uma pena que por aqui só tem mesmo esta".

A CRECHE INDIRETA

Na favela da Vila Dalva, os moradores, em conjunto com técnicos da AR do Butantã, construíram em mutirão a Creche Menino Jesus. O material foi dado também pela Prefeitura, e em julho do ano passado, a experiência, concluída a construção, era alardeada pela Imprensa. Foi tida como exemplo e alternativa. Um ano depois, os moradores do local criticam o projeto: "Nós reivindicávamos água e luz, deram creche".

Pior ainda: apenas os 256 m² de construção é que foram financiados. Para administrar e manter a creche, foi formalizada a União de Moradores da Favela de Vila Dalva, que agora vêm enfrentando enormes dificuldades para conseguir atender às crianças. A conclusão a que chegaram: A creche deve ser construída e mantida pela Prefeitura.



Tereza, do Porque Alto: pedagogia se aprende na prática

Pedagogia de subúrbio: dificuldades

Lenilde Vieira, 30 anos, 3 filhos; Terezinha Rodrigues, 29 anos, 3 filhos; Selma Paixão, 22 anos, 2 filhos, e Cleide, 16 anos, e muita energia, são as babás da Creche Glorinha. Lenilde: "A gente não pára. É fazer a faxina, já está na hora da comida; acabou a comida, já vem o lanche. Tem vez que a gente almoça cuidando das crianças". Todas elas trazem os filhos, o que é um sossego, e trabalhar perto do bairro, com as crianças cuidadas, é uma tranquilidade. Não se gasta condução. Selma foi faxineira antes de cuidar do berçário: "Criança é só ter paciência e deixar limpo e alimentado". Cleide é quem mais brinca com a turma: "Aprendi com o meu sobrinho pequeno".

Terezinha, gestos cal-

mos e voz paciente, é a "pedagoga" da turma: "A gente faz de tudo um pouco. Agora, estou — quando sobra um tempo — dando uns trabalhos com folhas, macarrão e desenhos com lápis, para os mais velhos. Se desse tempo, eu ficaria mais com eles, porque eu gosto, e fiz um treinamento há pouco, na LBA. Tem que ir ensinando devagrinha a criançada. Um dia, eu inventei de pedir a ajuda deles para a limpeza das migalhas. Que rebú! Todo mundo queria ajudar e foi uma confusão".

PACIÊNCIA E SURRAS

Segundo Terezinha, as mães que trabalham — e ela foi uma, diarista em casa de família, operária e arrumadeira — não

têm tempo para educar as crianças, e a creche tem que ajudar nessa parte. "Criança tem que tratar com amor e carinho", diz ela. "Tem que ter calma. Se tá ensinando e hoje ela não está desenvolvendo, amanhã ela pode ir melhor, não pode ficar gritando. Pra isso a gente é adulto — pra entender as crianças".

Há toda uma maneira de receber a criança, o que tranquiliza bastante as mães. E o tratamento na creche é bem visto por elas, mas nem todas estão dispostas a colaborar com a entidade. Muitas vezes, por problemas financeiros. Também existem muitos casos de desajustamento familiar, difíceis de serem tratados. Terezinha: "Tinha um menino que demorou

a acostumar e chorava demais. Aí eu cheguei de mansinho e perguntei porque é que ele chorava tanto. Primeiro, ele mostrou as costas — toda marcada de cinta — e disse que o pai batia tanto nele e na mãe, que ele tinha medo de deixar a mãe sozinha no barraco. Como você lida com um caso assim?" Outros casos: não é incomum a criança tomar a última refeição na creche e voltar sem comer e os vermes são coisa normal — até nas fraldas dos pequenos — pela contaminação da água, na favela. O tratamento fica muito por conta do senso prático das mães que ali trabalham, pois nem médico a creche tem. Em caso de doença mais grave, as mães das crianças é que se responsabilizam

pela consulta. Terezinha: "Outro dia, uma das pequenas estavam com as amídalas inflamadas e nós pedimos para a mãe levar a criança. Ela disse que não podia perder dia de serviço. Depois de 3 dias, ficamos com medo que a menina engasgasse, e aí ela levou e o médico disse que já era pneumonia". Selma: "Precisava ter mais creches boas, porque a mulher tem que ir trabalhar mesmo, não dá o salário". Maria Martins, 32 anos, é uma das mães que deixa criança na creche. É faxineira, mãe solteira, e mora na favela do Rio Bonito: "Eu adorei essa creche aqui, por que é perto e atendem bem. Se tivesse creche mais barata, seria melhor. Eu ganho pouco: Cr\$ 3 mil, não dá para viver direito".

A mãe operária de Americanópolis

Quem entra um pouco mais cedo, no sábado, na Igreja de São Pedro em Americanópolis, vai encontrar algumas coisas estranhas no salão polivalente. São os colchões destinados a 40 crianças assistidas pela creche, que ali funciona desde 1976, depois de muitas campanhas feitas pela comunidade pedindo panelas e utensílios para este fim. Logo depois do início de funcionamento, conta a Irmã Silvana, uma das responsáveis pela orientação da creche, os moradores perceberam que a igreja não era um bom local para as crianças, e que não conseguiriam atender à demanda do bairro. Discutiram o problema com outras comunidades, além da Vila Jacinto Paz, e conseguiram um terreno de 230 m² para a construção de uma creche. A partir daí, formou-se uma comissão especial para tratar do problema, que conseguiu aplainar o terreno e cercá-lo com muro.

Depois disso, começaram os problemas com a prefeitura. A Administração Regional de Vila Mariana sempre punha algum defeito na planta, e não aprovava. Selmira Rodrigues Ferreira, uma das mães da comissão: "Levou uns 2 anos pra eles aprovarem a planta. A partir daí, novas campanhas para os fundos, no sentido de estaquear o

terreno, operação cara. Foram feitas festas, bazares, e até a venda de tijolos simbólicos. Só no ano passado é que se conseguiu fazer as estacas, mas na hora de construir, as mães consideraram a planta muito sofisticada, e agora está sendo executado um projeto mais simples.

A Creche Glorinha fica no Parque Alto, perto do largo do Rio Bonito, na região sul, no meio de um enorme bairro operário. Ali, são atendidas 30 crianças, na sua maioria filhos de mães faveladas que não têm onde deixá-las e o trabalho é questão de sobrevivência. Há meses em que o número de crianças dobra. O ambiente é modesto: um salão coberto com telha de amianto, sem fôrro e de chão de cerâmica vermelha, que serve de refeitório, sala de aula e consultório, sempre muito limpo. Uma sala também coberta desse modo, onde é o berçário; e entre as duas dependências, um quintal acimentado. A cozinha é muito acanhada: não tem 5m², com a pia, os armários toscos de madeira velha, o fogão e a geladeira, comprados a duras penas.

Não há escorregador e nem caixa de areia. Os três balanços que há, estão enrolados no alto, pois nem sempre é bom deixar os pequenos se balançarem sozinhos. Po-

dem cair. Justifica-se o temor: apenas três mães e uma adolescente têm de dar conta da limpeza, comida, cuidados, assistência e tudo o mais.

A creche cobra uma mensalidade de Cr\$ 600,00, com direito a 3 refeições diárias, banho e assistência por até 10 horas. O dinheiro que entra mal dá para sustentar a alimentação, pois a creche não tem subvenção alguma. A não ser o que é arrecadado nas atividades da Sociedade Amigos do Parque Alto, que a mantém, realizadas nas mesmas dependências da creche, no final da semana.

O presidente da entidade é João Damásio, um mineiro teimoso de 56 anos. É por sua teimosia que a creche sobrevive: "A LBA fornece só o leite, e a gente vai promovendo bailes e festas, nos fins de semana, pra conseguir manter. As assistentes municipais já vieram aqui e disseram que as instalações são inadequadas. Mas a creche não está aí funcionando? Então tem que dar verba, senão não melhora. Mas eu sei por que é que a verba não vem". Damásio acredita que um dos fatores é que a diretoria da SAB nunca se juntou aos políticos da antiga ARENA, na região, e por ter apoiado a oposição, foram "castigados" pelos "donos" da política regional.

O padrão oficial

As exigências oficiais para uma creche ideal, são ridículas, pois, na prática, dificilmente podem ser concretizadas, principalmente porque custam muito dinheiro. A Coordenação de Proteção Materno-Infantil, órgão do Ministério da Saúde, recomenda que a creche ideal fique próxima do trabalho das mães ou da casa da família, com facilidade de acesso e longe de locais insalubres. Ela deve atender no mínimo 30 e no máximo 70 crianças, e ter uma área construída de 1.050 m², sendo que 15 m² de área adicional por criança. A vegetação da creche não pode ser venenosa. A pintura deve ser clara e alegre, de tinta lavável, nos ber-

cários, salas de repouso, refeição e recreação. A Coordenação recomenda ainda um número médio de funcionários: 31, sendo que 6 especialistas em tempo parcial, e o restante, administradores e domésticos, tempo integral.

Há ainda outras determinações sobre material pedagógico e brinquedos, mas todos sabem que o seu preço é proibitivo. Ir. Iradi, da **Pequeno Príncipe**: "Nas salas usamos caixas velhas, copos de iogurte, embalagens de ovos. Nosso parque infantil é feito de pneus. Material pedagógico é luxo, se for comprar. Há outras coisas prioritárias". Outra questão levantada

pela "creche ideal", nas palavras de Luzinete, moradora de um "quintal" (habitação coletiva) da Mooca: "É engraçado, não tem creche, mas a Prefeitura quer instalar o ideal, sempre põem defeito nas casas que a gente encontra para alugar. A gente também não quer um palácio, porque nas nossas casas, as crianças não vão ter tudo isto". Quem completa seu pensamento é a Irmã Iradi: "Aqui, na creche, apareceu criança que não sabia o que era descarga de banheiro. Algumas foram perguntar pra mãe porque é que na creche tinha torneira, privada, pia, e na favela, as coisas eram diferentes".

Um encontro democrático de saúde do povo

REPORTAGEM DE TAEKO TOMA

Foi um encontro democrático, com participação de mais de 100 entidades, representantes das mais variadas camadas da população. Médicos, metalúrgicos, dentistas, professores, psicólogos, donas de casa, religiosos, gente de Ribeirão Preto, Campinas, Rio de Janeiro e de outras cidades, somaram cerca de 800 pessoas, para debate e dos principais problemas de saúde que afligem a nossa população e propor medidas para solucioná-los.

Também as autoridades não foram esquecidas, tendo sido convidadas a participarem do ato de abertura, única reunião onde houve discursos previamente preparados para uma platéia. Nas demais reuniões, cada um dos participantes apresentou suas idéias, dificuldades e propostas em pequenos grupos de mais ou menos 30 pessoas.

Deu-se uma pequena confusão na constituição desses grupos no primeiro dia de debate (sábado). Divididos por regiões (leste, oeste, norte e sul) e por temas, alguns grupos ficaram com mais de 30 pessoas, outras com menos, salas com dois grupos, salas com nenhum. Isso, porém não impediu os debates, com os próprios participantes se organizando.

Como, pela primeira vez, realizava-se um encontro sobre saúde com participação popular, parecia, a princípio, que o povo não sabia discutir o assunto: uma senhora, moradora da periferia, ao se dividir um dos grupos, reclamava que o "grupo de lá" não contava com a participação de doutores e de estudantes de medicina para orientarem os debates. Os resultados mostraram, contudo, conforme previu-se na abertura, que o povo é capaz de debater e propor soluções, mesmo tratando-se de assuntos considerados a nível de técnicos especializados.

Saúde da Criança, Saúde da Mulher, Saúde do Trabalhador, Condições de Vida e Saúde foram os temas da manhã de sábado. Cada grupo elegeu um coordenador, um secretário e um delegado. Os delegados reuniram-se, à tarde, para a elaboração do relatório dos temas debatidos, enquanto que os demais organizaram-se em grupos para a discussão da Saúde Mental, Medicamentos e Indústria Farmacêutica, Assistência Médica e Saúde Pública, Saúde Odontológica.

Todas as idéias, reivindicações e propostas de atuação foram reunidas num relatório que, distribuído na manhã de domingo, foi analisado pelos participantes, novamente divididos por zonas de residência. Dessa discussão saíram os subsídios para a elaboração do documento que traçará as diretrizes para a atuação da comunidade na luta pela conquista de melhores condições de saúde.

O documento final que deveria ser lido em plenário, nessa mesma tarde, não concluído. Os delegados prosseguiram, durante a semana, na elaboração do documento, que será submetido à aprovação popular no próximo dia 9, no Sindicato dos Borracheiros.

Os responsáveis pelo comprometimento da saúde da criança

Desse encontro, que reuniu mais de 100 entidades de diferentes categorias profissionais e da população, foram extraídos os subsídios para a elaboração de um documento — a Carta da Saúde que orientará a campanha pela melhoria das condições de vida do povo. A próxima Campanha da Fraternidade da CNBB terá como tema Saúde para Todos, com base nas conclusões desse debate.

Os debates foram orientados no sentido de detectar os problemas de saúde de cada bairro, região, categoria profissional (no caso da saúde do trabalhador), procurando-se determinar suas causas, apontar e propor medidas para as respectivas soluções.

Baixos salários, falta de saneamento básico, desnutrição, transportes precários, falta de lazer, falta de assistência médica (de postos de saúde, hospitais próximos ao usuário), falta de medicina preventiva, má distribuição de renda, falta de creche e berçários nos locais de trabalho e nos bairros, merenda escolar e estrutura educacional deficientes foram os fatores apontados como responsáveis pelo comprometimento da saúde da criança.

Tendo focalizado os problemas, os grupos de debate acharam que para se desenvolver uma campanha pela melhoria da saúde de nossas crianças, são necessárias a conscientização e organização do povo em todos os seus níveis (profissionais e não profissionais) para a luta, não somente pela saúde, como pelo direito de participação política em geral.

Concluíram também que deve-se exigir que a alimentação deva ser considerada prioritária, com o leite subsidiado pelo Governo. A assistência médica deve ser assumida pelo Estado com a participação da população nas decisões e seja incentivado o aleitamento materno, com construções de creches e berçários nos locais de trabalho e nos bairros.

As escolas deverão também participar do bem-estar das crianças, mas levando-se em conta as opiniões populares. Ênfase foi dada na medicina preventiva, com vacinação em tempo correto.

De como a mulher é afetada

De acordo com os participantes do encontro, os problemas gerais que afetam a saúde da população também afetam a da mulher, mas existem problemas específicos por elas enfrentadas como a desnutrição que afeta a sua função reprodutiva, falta de esclarecimento sobre seu próprio corpo, ausência de orientação quanto aos métodos anticoncepcionais.

O encontro alertou os perigos do plano de controle da natalidade, destacando que a mulher tem o direito de ter os filhos que quiser, de evitar os filhos que não deseja, sem imposição de terceiros. Não dar condições para criar os fi-

lhos, segundo se concluiu, é o mesmo que proibir a mulher de desejar ter filhos.

Na gravidez, a mulher é ainda mais afetada: não é preparada para a gestação, não recebe assistência pré-natal correta, não tem garantias sociais e empregatícias. O parto é feito, muitas vezes, desrespeitando-se os seus valores culturais e sentimentais, sem sua participação nas decisões. A amamentação natural não é estimulada pelas práticas hospitalares e grande é a influência da propaganda do leite em pó pelas multinacionais.

Destacou-se que, embora nenhuma mulher deseje abortar, milhares

são levadas a essa medida, com grandes riscos, acarretando traumas físicos e emocionais. Foram lembradas a dupla jornada de trabalho, a discriminação salarial, as condições que dificultam o trabalho doméstico (falta de água, esgoto, etc.), a falta de participação popular, o não reconhecimento da reprodução como um bem social.

Como a mulher deve lutar para garantir a saúde? Uma das medidas sugeridas, como apoiar o marido e ser apoiada por ele, foi contestada como excessivamente de caráter submisso. Foi apontado o exemplo da mulher de

metalúrgico, que se recusou a apoiar o marido que furou a greve. A solução encontrada, então, foi organização de mulheres nos locais de trabalhos, escolas, bairros, para a discussão de problemas específicos e da comunidade e participação das lutas em geral.

As reivindicações foram: salários iguais para homens e mulheres que executam o mesmo tipo de trabalho, cumprimento da lei que determina a criação de creches em empresas com mais de 60 mulheres em idade fértil empregadas, creches nos bairros e participação popular na definição da política de saúde.

Controladores de comportamentos

Concluiu-se que a saúde mental está relacionada com as condições de vida e de trabalho a que o povo está submetido. O alcoolismo, a subnutrição, a deformação da vida comunitária, falta de lazer, jornada prolongada de trabalho, falta de creche foram apontados como fatores que contribuem para o desajuste mental.

Os hospitais psiquiátricos foram denunciados como controladores dos comportamentos sociais, com a medicação, abandono, falta de espaço e ociosidade dos pacientes.

Após a análise do quadro atual da saúde mental foram propostos: reunião em torno dos grupos existentes na comunidade para discussão dos problemas de saúde em geral e mental; engajamento do profissional de saúde mental nos problemas de saúde junto a população, mudança de política de saúde, lazer para o povo, reformulação do papel do hospital psiquiátrico, melhoria e adaptação do ensino à nossa realidade.

SAÚDE ODONTOLÓGICA

Os grupos de debate destacaram que, além da falta de saneamento básico, má alimentação e outros problemas gerais, a necessidade da educação através das escolas e a conscientização da população sobre a higiene bucal.

Denunciaram o controle do tipo de tratamento odontológico pelas multi-



Não dispondo nem de água encanada, como pode alguém ter saúde?

nacionais do ramo, como Johnson & Johnson, Bayer, e o desinteresse das autoridades nas ações preventivas.

Basicamente, as propostas giraram em torno da fluoretação da água de abastecimento público, atendimento odontológico nas escolas, centros e postos de saúde e educação sanitária voltada aos reais interesses da população.

MEDICAMENTOS E INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Foi enfatizado nesse tema que, como a população não tem condições de

vidas adequadas, fica exposta à exploração das multinacionais farmacêuticas, que estimulam o consumo desenfreado dos medicamentos. A CEME — Central de Medicamentos — não cumpre com suas funções básicas de pesquisa e produção de medicamentos, transformando-se em mero repassador das multinacionais.

A medida considerada mais viável pelos debatedores foi o lançamento de uma campanha nacional juntamente com os partidos políticos de oposição, pela implantação da Indústria química nacional de base. Reorientação da

CEME, legislação que prive a propaganda de medicamentos através dos meios de comunicação de massa, proibição da entrada de medicamentos proibidos no exterior foram incluídos nas propostas.

Implantação de uma rede de ambulatórios para o atendimento primário próximas do usuário, participação da população no planejamento, organização e controle do funcionamento dos serviços de saúde, unificação do sistema saúde, maior percentual do orçamento investido em saúde, são algumas propostas pela melhoria da assistência médica e saúde pública.

Proposta: fiscalizar os ambientes de trabalho

Ficou evidente que a maioria da população não participa das decisões de seus problemas. A causa da política que protege uma minoria privilegiada, que promove o arrocho salarial e antigreve, impedindo a livre organização e não através de seus órgãos representativos.

Os problemas detectados nos bairros em geral são os de sempre: falta de saneamento básico, barracos de madeira servindo de moradia, alimentação deficiente e insuficiente, excessiva industrialização do alimento, falta de creches, transportes inseguros e demorados, ausência de áreas de lazer, insegurança para transitar pelas ruas.

Todos esses problemas foram relacionados com o quadro político e econômico, o desemprego e baixos salários, a má aplicação das verbas públicas, com o povo impedido de decidir sobre seus salários e escolher seus governantes.

Salários justos, emprego para todos, distribuição de renda, casas populares para os trabalhadores de baixa renda construídas pelo saneamento básico, creches, transportes baratos e rápidos, alimentação barata através de cooperativas estatais instaladas nos bairros, reforma agrária foram as reivindicações destacadas.

Para conseguir isso foi proposta a organização popular com aproveitamento das entidades existentes, como as Sociedades de Amigos de B. ro, a União de Favelas, sindicatos e outras, a de outras lutas como o direito de eleger nossos legítimos representantes, liberdade de organização, revogação da lei de segurança nacional, eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana.

SAÚDE DO TRABALHADOR

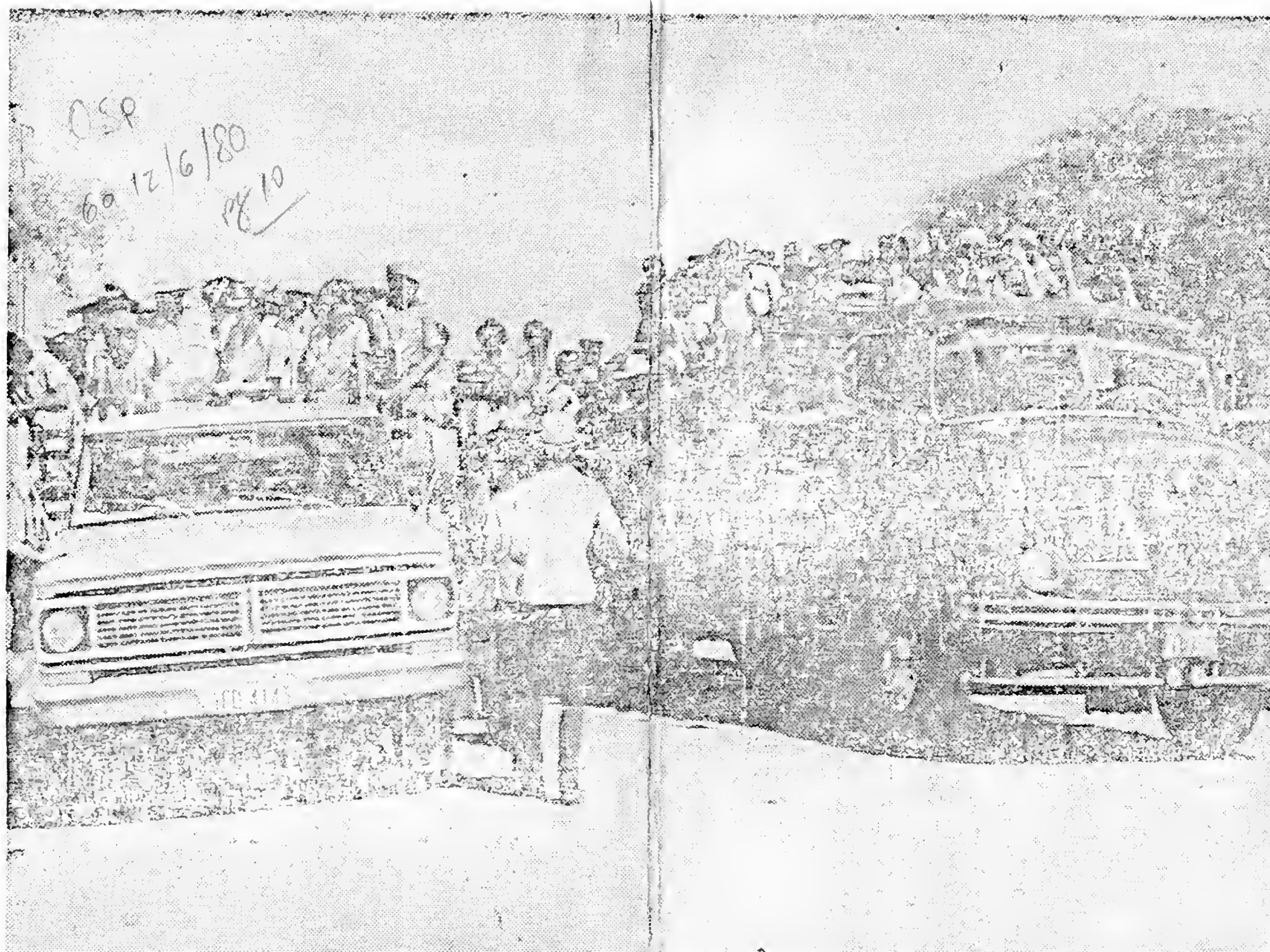
Além dos problemas gerais de todo o Brasil, os grupos que participaram desse tema, analisaram os ambientes de trabalho nocivos à saúde. Salientaram que a saúde não se troca por dinheiro, tendo em vista o adicional de insalubridade que, muitas vezes não é pago, ou é pago apenas um agente nocivo, quando existem vários agentes.

Ressaltaram que as Comissões Internas de Prevenção de Acidente (CIPA) são deficientes porque geralmente atuam sob o controle patronal, e a vez que é organizado pelo Ministério da Saúde não pelos sindicatos. O órgão formador de profissionais de higiene e prevenção de acidentes dos cipeiros, a Fundacentro, foi considerado como interessado unicamente na produção.

Destacou-se que interesse das multinacionais que orientam a política governamental agravaram após 64, as condições do trabalhador, resultando no aumento do ritmo de trabalho e hora-extravida, perda da estabilidade, arrocho salarial e deslocamento do homem do campo para a cidade.

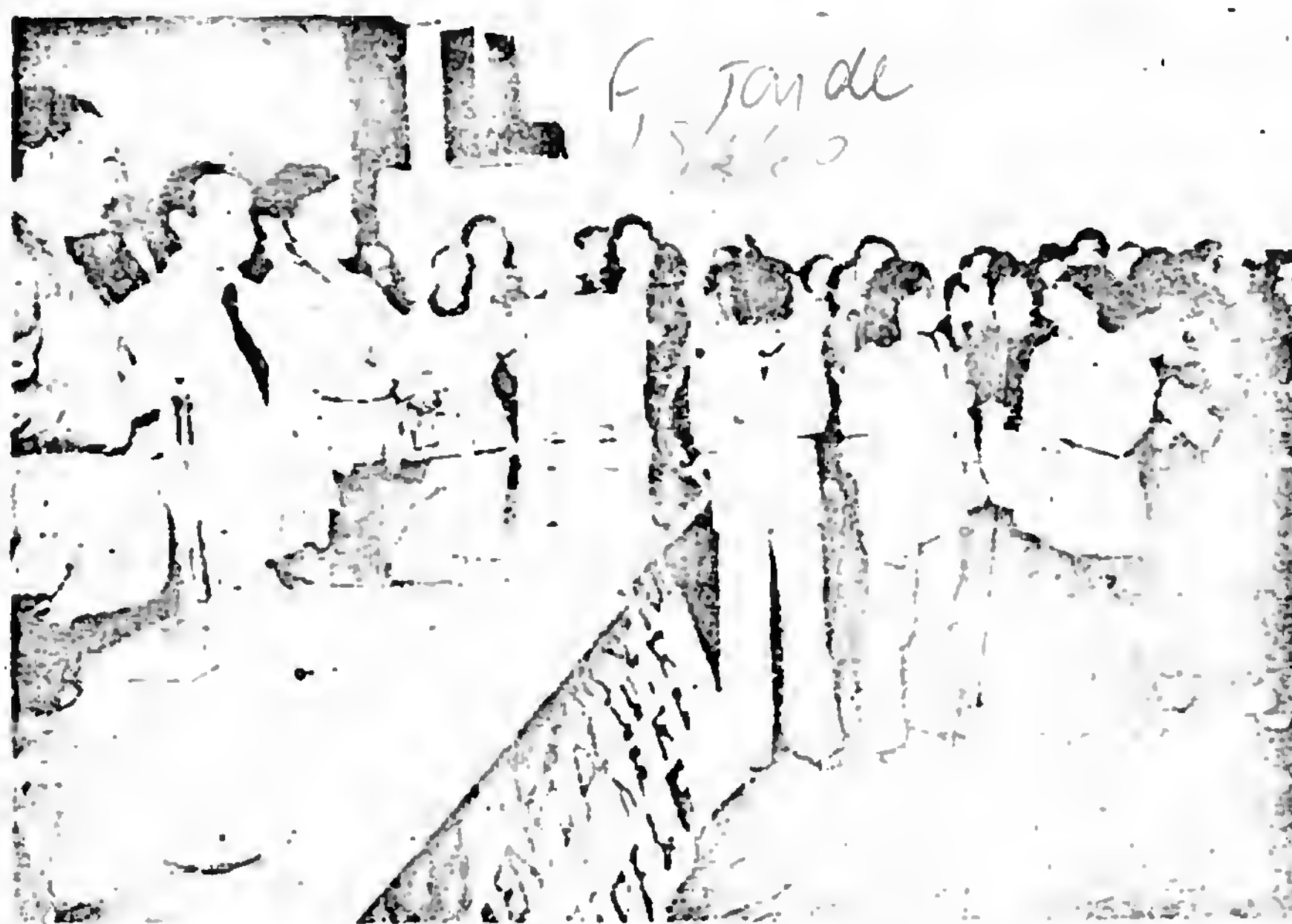
Entre as propostas destacam-se o direito à fiscalização dos ambientes de trabalho pelos sindicatos (eleição dos cipeiros pelas assembleias sindicais), criação de comissões de saúde nos sindicatos e associações profissionais, criação do Departamento Intersindical de Saúde do Trabalhador (DIESAT), estabilidade no emprego.

Também foram incluídos nas propostas a luta pela Central Única dos Trabalhadores, o cumprimento do currículo mínimo de saúde ocupacional nas escolas formadoras de profissionais, saúde, extensão e garantia dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, restabelecimento das liberdades democráticas, eleição da Assembleia Nacional Constituinte, reforma agrária e urbana, realização de novos encontros de saúde. Foram lembradas a extinção dos convênios com medicina de grupo e a necessidade de participação dos trabalhadores nos órgãos decisórios de fiscalização do Ministério da Previdência, Assistência Social e Ministério do Trabalho.



Transporte, habitação, o modo como a gente vive, tudo isso influencia em nossa saúde, que pode ser melhor ou pior, depende

Reivindicada a construção de creches em Santo Amaro



Reinaldo de Barros fala aos moradores de Figueira Grande

Enquanto em seu gabinete o prefeito Reinaldo de Barros assinava decreto para agilizar a concessão do "hóbité-se" (noticiário em outro local), no salão de reuniões da Municipalidade o secretário dos Negócios Internos, Tufic Jubran, mantinha contato com cerca de 200 moradores de Figueira Grande, Santo Amaro, que desde as primeiras horas da manhã concentravam-se diante da sede do Executivo Municipal para reivindicarem a instalação de creches na região.

Com faixas, cartazes e muitos crianças, os moradores de Figueira Grande, orientados pelos deputados Aurélio Peres e Irma Possini e pelo vereador Benedito Cintra, não deixaram o local até que o prefeito comparecesse ao encontro e afirmasse que as creches que estão sendo construídas na área são diretas, ou seja, construção e operação por parte da Prefeitura.

Tufic Jubran permaneceu por algumas horas tentando explicar aos moradores que as creches indiretas — operadas por instituições ou moradores dos bairros — só seriam instaladas onde houvessem entidades ou pessoas em condições de operá-

las. As manifestantes, cerca de 250, entretanto, só aceitaram as alegações quando a promessa foi formulada pelo prefeito Reinaldo de Barros.

Por volta das 11h30, Reinaldo de Barros deixou seu gabinete e dirigiu-se ao salão de reuniões. Lá foi recebido com muitos faixas, cartazes e manifestações dos moradores de Figueira Grande que exigiam "creches diretas". O prefeito rapidamente inteirou-se das reivindicações afirmando que "estou recebendo seus pedidos e vejo que muitos deles são viáveis. No que diz respeito ao aproveitamento de pessoal do bairro, a orientação da Prefeitura, utilizar pessoal vinculado à comunidade, facilitando o entrosamento e a operação das creches".

"Com relação à reivindicação de creches diretas — continuou Reinaldo de Barros — pelo menos em princípio acho que nos bairros onde as creches serão instaladas não existem entidades em condições de aceitar esses equipamentos sociais. Logo, vocês podem ficar tranquilos pois elas serão diretas: construídas e operadas por nós", concluiu o prefeito.

DE COMO É POSSÍVEL

Dois jornais de bairro dão a dica para se fazer uma imprensa

VENCER O ELITISMO

na linguagem, nos assuntos e no seu público



Na Vila Moraes, região da periferia de São Paulo, próxima ao ABC, quase uma cidade dormitório de trabalhadores, surgiu o Jornal da Vila, uma rica experiência de trabalho de imprensa popular. As jornalistas Lais Tapajós (na foto ao lado) e Silvia Campolim (à direita) criaram o jornal depois de uma crítica aos "alternativos" clássicos



Estudos recentes da Unesco, um organismo internacional que investiga os monopólios na área de informação, indicaram que há uma tendência internacional na imprensa empresarial ao surgimento e fortalecimento dos jornais de circulação regional e local, em detrimento dos periódicos de caráter nacional. Essa tendência poderia ser assimilada pela imprensa alternativa ou nanica para sobreviver aos atuais impasses? É uma indagação que Movimento

lança, em meio ao debate de comemoração do seu quinto aniversário. A reportagem que publicamos busca ajudar a contribuir na formulação de uma resposta. É uma experiência bem sucedida de dois periódicos: o Jornal dos Bairros, de Belo Horizonte, e o Jornal da Vila, de São Paulo.

Os dois jornais surgiram como uma tentativa de criar um vínculo da imprensa alternativa com o movimento social que não se verifica com os jor-

nais políticos e nacionais. Ou seja, os autores destes dois projetos partiram de uma visão crítica da atual imprensa alternativa, que no entender deles se volta para um público já conscientizado, caindo, portanto, num elitismo e desconsiderando o nível real das camadas sociais mais pobres. Procuraram também estabelecer um tipo de vínculo diferente do que jornais como Movimento e outros mantêm com o seu público.

Evolução de acordo com o público

Flaminio Fantini

Incredulidade. Essa foi a reação quase generalizada entre a esquerda de classe média de Belo Horizonte, quando um pequeno grupo de jornalistas resolveu partir para uma experiência de criar um jornal popular para circulação entre os trabalhadores de Contagem e adjacências. Eles estavam insatisfeitos com os limites de intervenção política que o trabalho na grande imprensa lhes proporcionava, mas evitaram trilhar o caminho mais em moda na época, o da imprensa alternativa de circulação nacional ou regional. Resolveram circunscrever-se a um projeto meramente local e assim desenvolveram nestes quase quatro anos de vida a principal experiência de imprensa popular no terceiro pólo industrial mais importante do país.

O cetismo quanto às possibilidades de sucesso do novo periódico vinha, de um lado, das dificuldades impostas pela conjuntura. Afinal, imperava a censura prévia, e, sobretudo, o arrocho político exatamente mais exarcebado sobre o público a que o jornal pretendia atingir. De outro lado, a esquerda mineira parecia contentar-se mais com os projetos de imprensa destinados a garantir-lhe a sobrevivência entre os estudantes, os intelectuais, os políticos dos setores médios.

Assim, na segunda quinzena de setembro de 1976 o primeiro número do *Jornal dos Bairros*, nome adotado, começou a fumar ao lado das chaminés da Mannesmann, Belgo, Itaú e similares. Timidamente. Tiragem de cinco mil exemplares, tablóide quinzenal de oito páginas, e um editorial singelo nas propostas políticas, pois afinal o mar não estava para peixe "um jornal que vai retratar o que existe no seu bairro, na sua rua, no

seu comércio, no esporte amador, no futebol de várzea, na vida enfim da região", dizia o texto. Seriam temas do jornal iluminação das ruas, deficiências nas redes de águas e esgotos, ônibus sujos e em atraso, religião. E havia uma palavra chave — "serviço" — o *Jornal dos Bairros* prestaria também serviços à comunidade, como dicas de comerciantes com preços mais baratos, bolsa de alimentos, farmácias, médicos, oferta de trabalho.

Hoje, quem lê o *Jornal dos Bairros*, já na casa do número 80, e o compara com os primeiros tempos, pode até tomar um susto e identificar dois projetos diferentes. Noticiários de greves, denúncias de repressão política, debate da reordenação partidária, a vida nas fábricas, o desenrolar do movimento sindical, são temas incorporados definitivamente às suas páginas, ao lado, é claro, dos assuntos mais locais dos bairros. A evolução de lá para cá, foi por assim dizer, lenta, gradual e segura, que mineiro, afinal não dá ponto sem nó.

"Procuramos não jogar nada de pára-quadras, mas sim acompanhar o que acontecia e o que exigia a nossa inserção na região", explica a *Movimento* um dos colaboradores, Márcio Godinho, revelando um ingrediente da receita de sobrevivência por tanto tempo, fator importante sobretudo se for levada em consideração a grande quantidade de experiências semelhantes que surgiram nestes últimos cinco anos e que acabaram dando com os burros n'água. Prossegue ele "Com o tempo fomos tomando um melhor conhecimento da região. Como o jornal sempre tentou ser um porta-voz dos moradores e mais tarde dos movimentos, ele mudou de acordo com eles".

Quando surgiu a primeira greve no ABC paulista, em 1978, houve o máximo de cuidado em abordar o tema, já que o jornal era frágil e não se podia avaliar até onde ir. Com o desabrochar de um vigoroso surto paredista, o tema das greves ganhou capa várias vezes. A conjuntura mudava e o jornal passou a tratar dos sindicatos, apoiou a chapa de oposição nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos, e mais recentemente a dos tecelões, bem como deu vãos bem rasantes pela campanha da anistia e os novos partidos.

Modificando a relação com o público leitor

A circulação no começo era basicamente domiciliar, com cerca de 50 distribuidores próprios, entre jornalistas, estudantes e profissionais liberais, mas chegou a atingir 350 distribuidores com a participação densa de moradores dos bairros. A relação com os leitores adquiriu, assim, uma forma bastante direta e pessoal, o que refletiu muito na linguagem — "a preocupação sempre foi a de se evitar os jargões comuns no meio intelectual e reproduzir o que o povo falava através de depoimentos, numa fala simples, direta, parágrafos curtos", conta Márcio Godinho. Uma pesquisa na fase de implantação do projeto indicou que circulavam na região apenas mil exemplares do *Estado de Minas* para uma população de 200 mil leitores (maiores, alfabetizados), o que comprovava um baixo índice de leitura pelo público potencial.

Para combinar a função de intervenção política na região com a atividade jornalística a fórmula encontrada foi a de não separar as atividades do distribuidor e do

repórter — cada participante do projeto cumpria as duas funções. "O jornal foi uma alternativa de trabalho para jornalistas e estudantes. Possibilitou um contato mais estreito com os trabalhadores da região e com sua realidade. Deu uma visão de trabalho conjunto e de respeito à dinâmica destes movimentos populares", diz Márcio.

Dois anos depois de iniciada a experiência, o *Jornal dos Bairros* dava um balanço e parecia estar no pique da trajetória dos poucos mais de 20 bairros da fase pioneira, havia agora 64, com uma tiragem de 10 mil exemplares. E porque não uma salutar pitada de arrogância? Dizia um documento elaborado pela equipe na época "Optamos por um jornal e não por um boletim comunitário. Um jornal que vem mantendo a sua periodicidade, que cumpre todas as exigências legais e que é sustentado de modo empresarial. O nosso esforço foi o de romper com o dilettantismo amadorista de publicações feitas sem publicidade".

Mas já então, o maná da publicidade começava a escassear com a ampliação dos temas tratados. A linha editorial — de não elogiar políticos, prefeitos, empresas urbanas de serviço público, classes empresariais — amarrava a aquisição de anúncios. Junta-se a isto os atritos com os políticos populistas da Arena, cuja clientela começava a ser disputada a sério pelo jornal, e, em seguida, o fervilhar do movimento sindical, tem-se mais fontes para o bloqueio de verbas publicitárias, seja de órgãos públicos, seja das empresas instaladas na região, que no princípio costumavam comparecer a cada edição.

"O jornal começou a sofrer pressões financeiras à medida que ele se posicionava mais claramente ao lado dos moradores", afirma Godinho.

O trabalho voluntário foi se desgastando e o entusiasmo dos distribuidores diminuiu. A circulação era feita nos fins de semana, e, entre outros fatores, pode-se supor que nem todo mundo é de ferro.

A disponibilidade para a distribuição diminuiu. A venda direta, feita em escala menor no comércio, portas de fábricas e filas de ônibus, também caiu. O avanço da conjuntura conduziu a uma multiplicação de trabalhos políticos na área — agora não havia apenas o *Jornal dos Bairros* — e em decorrência, uma pulverização das forças pela cidade industrial.

"Algumas indefinições políticas contribuíram para a crise. Mas a recuperação tem se dado lentamente, principalmente através do conselho editorial que reaproximou certos setores e bairros e retomou a distribuição por si mesmo", narra Godinho. Há cinco meses, existe um conselho editorial formado por 15 representantes de movimentos comunitários e operários, com o objetivo de definir a linha editorial, inclusive a pauta.

Enfim, o jornal não vai fechar, como se falava algum tempo atrás. E isso é alentador, como diz o próprio Godinho, num certo tom de orgulho mineiro. "O *Jornal dos Bairros* participou praticamente em tudo que surgiu nestes quatro anos, seja na formação de organizações populares, como as associações de bairro, grupos de mães, creches, seja como incentivador da organização.

Mas sempre com profundo respeito pela dinâmica própria dos moradores, sem forçar nada".

Nem passividade, nem ditar regras

O *Jornal da Vila* é a encruzilhada de duas iniciativas: a necessidade de ampliação de um trabalho pedagógico com operários adultos e a tentativa de encontrar alternativas para a própria imprensa alternativa, que vivia na época uma crise aguda de "rachas" sucessivos (*Movimento*, *Em Tempo*, *Amanhã*). O cenário é a Vila Moraes, uma região da periferia de São Paulo, próxima ao ABC, com muitas fábricas pequenas e poucas de grande porte, sem sindicatos sediados ali, uma zona enfim mais próxima de uma região-dormitório de trabalhadores. Um público cativo da *Rede Globo*, em primeiro lugar, e eventualmente da *Folha da Tarde*, *Gazeta Esportiva* e *Notícias Populares*.

Na Igreja da Vila Moraes, professores tentavam alargar seu horizonte profissional com uma experiência inovadora num curso de madureza, para 120 alunos, no horário noturno. Havia um jornalzinho do curso, redigido pelos próprios alunos — o *Cadernão*. Conversa vai, conversa vem, pintou a idéia porque não expandir o *Cadernão* para a Vila toda? Enquanto isso, nos ambientes enfumaçados de Vila Madalena, o bairro da intelectualidade paulista, o pau quebrava na tentativa de se criar novos rumos para a imprensa nanica.

As jornalistas Silvia Campolim e Lais Tapajós, que acompanhavam também o trabalho de Vila Moraes, resolveram deixar de lado os exaustivos debates de constituição de *Em Tempo* e *Amanhã* e saíram para outra. "A imprensa alternativa não respondia a nada do que estava sendo necessário para o tipo de público considerado prioritário naquele momento, o público popular. O impasse era esse — almejava-se um público popular que não se conseguia atingir efetivamente e não se satisfazia o público de classe média que se conseguia atingir", recordam elas, em entrevista a *Movimento*. E acrescentam: "A disputa pelo poder nos alternativos era esfaceladora, não dava mais para ficar discutindo anos a fio como fazer um jornal popular e não conseguir".

A opção pelo que veio a ser o *Jornal da Vila* foi reforçada pela ausência de uma estrutura maior do funcionamento. "Para nós, fazer um jornal de circulação nacional naquele momento era impossível. Não tínhamos dinheiro para isso. Queríamos, enfim, uma experiência possível", contam Silvia e Lais.

A pequena equipe constituída não partia do nada. Além do trabalho da Vila Moraes, havia já alguma experiência com *Assuntos*, um periódico editado na época pela empresa que faz *Movimento*, mas com destinação sobretudo para os bairros periféricos, a baixo custo, e buscando ser popular na mensagem. "Uma experiência biônica, feita à revelia da própria equipe do jornal *Movimento*, paternalista e que não tinha um trabalho popular que a sustentasse" assim Silvia e Lais classificam o *Assuntos*.

Em março de 78, circula o primeiro número do *Jornal da Vila*, também modesto, mensal, com cinco mil exemplares de tiragem, oito páginas tablóide. Talvez porque a conjuntura tivesse avançado e a área de circulação estivesse num Estado mais politizado, o *Jornal da Vila* nasce sem as presilhas que abotoavam a temática das reportagens. Assuntos do bairro, movimentos populares, lutas nas fábricas e no sindicato, política nacional, compõem a pauta desde os primeiros números, é claro que com intensidade variada. A

edição atual é a de n.º 25.

Nos dois primeiros números, ainda houve a participação do pessoal do antigo *Cadernão* nas tarefas de redação. Mas como a opção era por fazer um jornal basicamente de reportagem e o tempo para passar a experiência técnica necessária muito escasso, o sistema foi mudado. A intervenção do pessoal do bairro dava-se então mais nas reuniões de pauta, na crítica e nas sugestões. A distribuição era mista, equipe e moradores, nas portas de fábricas, feiras e reuniões dos movimentos populares (loteamento clandestino, reivindicação de água, centro cultural, comunidades eclesiais de base), bem como por meio de pessoas que levavam exemplares para dentro de suas fábricas.

"O jornal nunca se caracterizou por ser um jornal do bairro todo" — esclarecem Silvia Campolim e Lais Tapajós — "mas dos trabalhadores, dos operários do bairro, voltava-se mais para quem participasse das lutas do bairro. Não era a liderança politizada só, mas principalmente aquele sujeito que tomava a iniciativa de sair da sua casa para ter algum nível de participação". Não se tratava de purismos, mas de opção política de prioridades face aos recursos escassos — afinal o jornal tinha cinco mil exemplares de tiragem e a Vila Moraes 150 mil moradores.

Descolamos um pouco. Voamos da realidade

A referência básica para o enfoque que o *Jornal da Vila* procurará ter é o *Assuntos*: "Não queríamos nem a perplexidade diante dos acontecimentos, nem a receita pronta, e muito menos passar a visão de que era preciso esperar pelo socialis-

mo para resolver os problemas do bairro.

Evitávamos "cagar regras", ter um tom editorial e professoral, ter respostas acabadas para isso ou aquilo. Evitávamos ligações mecanicistas de pegar um problema do bairro (a ausência do posto de saúde) e ligar isto com a estrutura capitalista, para que o leitor constataste que o sistema não presta", explicam as duas jornalistas.

A expressão "até quando?" no fim das matérias, reveladora de perplexidade, estava simplesmente banida do manual informal de redação. Também no índice constava o ponto de interrogação para fechar as matérias. A receita editorial do *Jornal da Vila*: "O jornal tinha uma posição, é claro, mas procuramos primeiro tatear a região, ouvir as pessoas", sentir mais o bairro, o que os moradores precisavam e que problemas enfrentavam. Havia sempre a idéia de deixar aberta uma perspectiva política para os caras que estavam começando a participar. Mostrar que nem tudo estava perdido, mas também que não ia se resolver amanhã de manhã ou daqui a 200 anos".

O avanço do movimento popular gerou no *Jornal da Vila* sua primeira e séria inflexão. Aos poucos, percebeu-se que as reclamações do bairro diminuíam de importância face aos movimentos mais gerais que estavam se dando, como as greves.

Isso ocasionou inicialmente uma redução da proporção ocupada pela seção "o que vai mal nos bairros", na época das eleições parlamentares de 78, paralela à greve dos metalúrgicos de São Paulo. Houve uma tendência a tentar alcançar outros bairros de periferia,

sair um pouco para fora da Vila Moraes, ver e retratar nas páginas do jornal o movimento muito mais avançado de outras regiões, como a Zona Sul de São Paulo.

Uma avaliação meio amarga desta fase. " demos uma descolada da realidade, voamos um pouco. Acabamos por fazer mais um jornal da imprensa alternativa, o que foi ruim", lamentam Silvia e Lais. Na Zona Sul, por exemplo, o jornal não conseguia penetrar, uma vez que era identificado como algo "de fora" e concorria na mesma faixa do *Em Tempo* e *Movimento*, sem a estrutura destes.

Mas, a opção colocou-se rapidamente ou continuar nos bairros mais agitados, ou voltar novamente para a Vila Moraes. Voltaram. Sem, entretanto, deixar de noticiar de perto os acontecimentos da Grande São Paulo.

Houve dois momentos importantes em que o jornal tomou a iniciativa de estimular de armas e bagagens os debates no bairro — nas eleições parlamentares de 78 e na eclosão do tema da reordenação partidária, que acabaram conduzindo à situação atual de alinhamento com o PT. "Sempre fomos contra a idéia de travestir-se em morador de bairro e participar assim dos movimentos. Mas agora na condição de partido, você está mais à vontade, em condições de igualdade, sem precisar forjar nada", explicam as duas jornalistas. O *Jornal da Vila* hoje não é um órgão do PT, nem um de seus boletins, mas apóia a agremiação ao tratá-la como notícia prioritária, além dos membros da equipe estarem naturalmente inseridos no núcleo do PT da região.

(Flaminio Fantini)

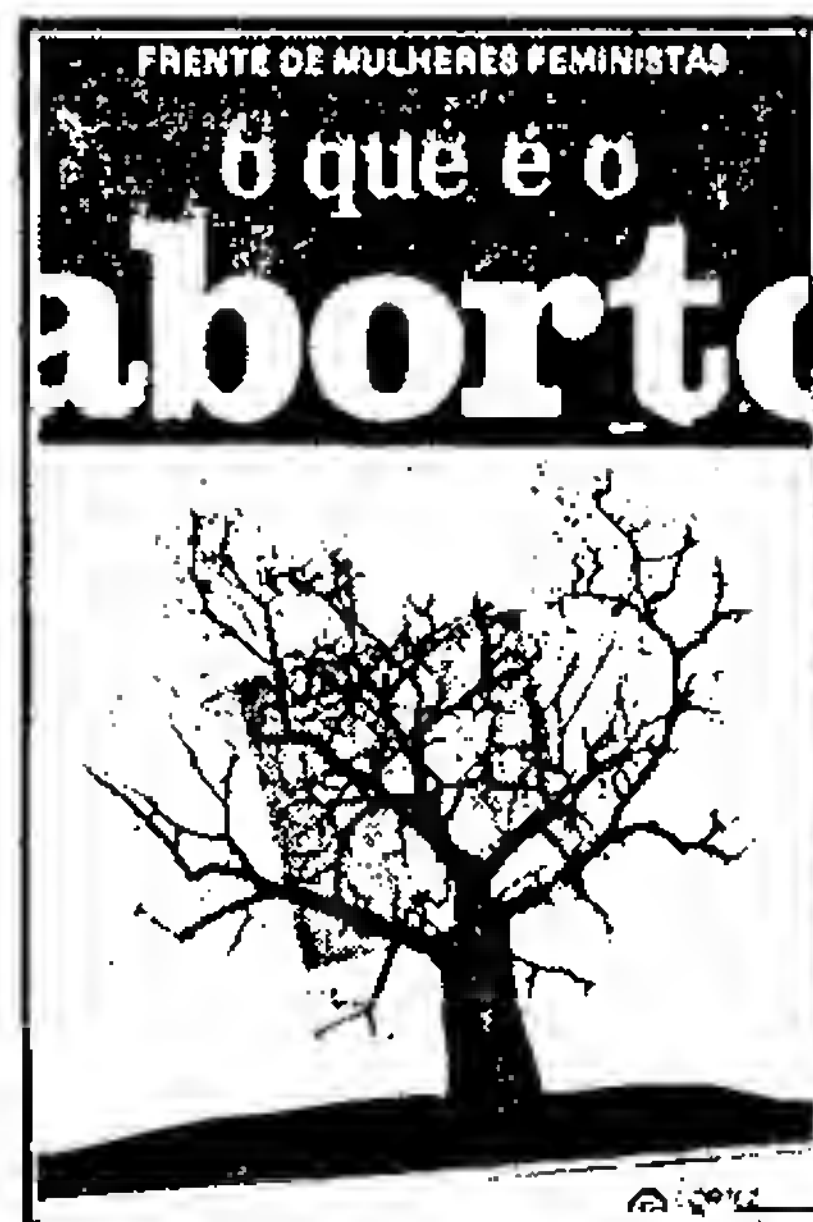
Pela legalização do aborto

Feministas mostram como sua proibição só tem servido aos interesses das classes dominantes.

Anméris Maroni

A questão do aborto, aos poucos, vai ganhando espaço de discussão. Desperta paixões e provoca polêmicas, principalmente porque não se trata de questão que possa ser analisada isoladamente. Invade outros campos, como os da sexualidade e da moral, e coloca em discussão propostas dificilmente digeridas por setores conservadores da sociedade porque se fundamentam no direito de as mulheres se tornarem sujeitos das decisões que envolvem sua vida e seu corpo.

"O que é o aborto", publicação da Frente de Mulheres Feministas, se atém à discussão dessas questões, baseando-se em dados concretos e enfrentando a polêmica com seriedade. O problema da legalização



Cortez Editora,
12 páginas, Cr\$ 100,00.

do aborto, por exemplo, é redefinido moralmente, visando "à defesa da vida e do bem-estar das mulheres" e levando em conta que no Brasil são praticados por ano 3 milhões de abortos que

provocam a morte de 340 mil pessoas, devida às complicações advindas de sua prática clandestina. São dados assustadores e que atingem mais as mulheres das classes oprimidas, obrigadas a se submeter às piores condições em que os abortos são praticados.

O livro se refere também às práticas repressivas utilizadas ao longo da história pelas classes dominantes para impedir o aborto. A Igreja Católica, por exemplo, assemelhando o aborto ao homicídio, não hesitou em condenar à fogueira, por meio de seus tribunais de inquisição, mulheres que o praticavam. O Estado não tem agido de forma diferente. No fascismo, onde a mulher era vista como mero elemento de

reprodução e seu destino se resumia em criar "filhos para a pátria", o aborto também era punido com a pena de morte, como se fosse "um crime contra a nação". Na França, em 1939, duas mulheres foram condenadas à pena máxima por práticas abortivas — e uma foi guilhotinada. O Brasil, como mostra o livro, não é exceção: da pena de trabalho forçado (Código Penal de 1830) à de prisão, as classes dominantes têm imposto, através da repressão ao aborto, sua visão conservadora a respeito da mulher.

Contra essa lógica autoritária tem se levantado, nas últimas décadas, o movimento feminista — e suas lutas já se fazem sentir, quer pelas vitórias conseguidas, quer pelas visões alternativas que se vão produzindo a respeito do

problema. Nos EUA e França, lembram as autoras, surgiram recentemente movimentos católicos questionando a visão oficial da Igreja Católica e até liderando movimentos a favor do aborto. Para tanto, contritoriamente, se baseiam no teólogo São Tomás de Aquino que, há séculos, já sustentava a não-existência do ser humano nas primeiras etapas da gravidez, o que a Igreja Católica só veio a reconhecer em 1869.

Deve-se frisar ainda que os grupos feministas, como procuram deixar claro no livro, não reivindicam a legalização do aborto isoladamente de outras questões sociais. Ao contrário, dizem que "esta é apenas uma entre as reivindicações feministas, que incluem uma transformação geral da sociedade de modo a não

sonegar a nenhuma mulher seu direito a condições humanas de existência para si e para os filhos que deseja ter".

No esforço por conseguir isso, além de questionar o autoritarismo de certas forças sociais que, "por trás da negação do aborto pretendem impor às classes subalternas filhos não desejados", o livro faz uma advertência a setores da oposição que tratam das questões específicas da mulher como "problemas de segunda ordem" e propõem o adiamento do debate "para uma sociedade futura". Isso, segundo as autoras, ocorreria por estarem imbuídos de uma visão conservadora ou por decorrência de compromissos que assumem com outras forças sociais, perdendo-se nesses compromissos seus objetivos gerais de transformação social.

Emurb estuda . projeto-padrão para creches

A Empresa Municipal de Urbanismo (Emurb), está preparando um projeto para a construção em série de creches, com o objetivo de atender principalmente a periferia. Os estudos iniciais já estão prontos e foram apresentados ontem, com uma maquete, ao prefeito Reinaldo de Barros, pelo presidente da Emurb, Octávio Speranzini.

FSP 17/6/80
Segundo Speranzini, "no momento estão prontos apenas alguns projetos preliminares e os técnicos deverão fixar um padrão de creche, a partir de um deles, levando em conta o barateamento dessas construções, pois a Prefeitura pretende construir várias centenas delas, com capacidade para abrigar 120 crianças cada uma".

A Emurb pretende determinar um projeto de construção de creches padronizado, no qual todos os componentes poderão ser produzidos em série, "diminuindo assim os custos, sem abrir mão da funcionalidade".

O presidente da Emurb adiantou ainda que, tão logo seja fixado o padrão das construções, a Prefeitura deverá abrir concorrência, iniciando-se assim a construção das creches, conforme programa determinado pela Coordenação do Bem-Estar Social (Cobes).

Saúde é uma questão política

Todos os problemas que afetam a saúde estão vinculados ao momento político. É o que enfatiza a "Carta da Saúde", documento extraído do encontro popular "Saúde para Todos", realizado nos dias 31 de maio e 1.º de junho passados, na PUC em São Paulo, com participação e apoio de mais de cem entidades que congregam diferentes camadas da população e categorias profissionais.

De acordo com a Carta, o povo não goza de liberdade de organização para a defesa de seus legítimos interesses e direitos, trabalha sob péssimas condições e por salários aviltados, não decide sobre o produto de seu trabalho, paga taxas e não participa das decisões para seu emprego, não dispõe de voz

para a solução dos problemas que o afetam. Além disso, a atividade sindical constitui-se em ameaça de desemprego.

A Carta, elaborada por uma comissão de delegado constituída durante o encontro, foi apresentada ao público, em reunião de avaliação e de levantamento de propostas para o encaminhamento das reivindicações, da qual participaram membros das diversas comissões de organização e dirigentes de entidades de bairros.

Houve polêmicas na análise do documento final. A representante do Sindicato dos Médicos criticou a exclusão da proposta pela criação do DIESAT — Departamento Intersindical de Saúde do Trabalhador. Um ex-dirigente rural

estranhou o fato de o documento não citar a reforma agrária, apesar de enfatizar a miséria do camponês.

A preocupação agora é dar continuidade à luta pela melhoria das condições de saúde e divulgar a Carta da Saúde. Foram propostas várias alternativas que ainda não estão definidas, como:

— Criação de um comitê de saúde para a coleta e divulgação de informações;

— Realização de encontros periódicos regionais, com menos tempo (um dia, por exemplo) e menos temas;

— Formação de comissão para atuar junto aos parlamentares no sentido de se fazer cumprir leis já existentes como o de fluoretação da água potável;

— Constituição de conselhos de saúde nos bairros;

— Criação de comissões para dialogar com as autoridades de Saúde, superintendente regional do INAMPS e outros;

Levar os profissionais de saúde a atuarem junto a população da periferia, com ênfase na relação de troca com os populares e preocupação com a linguagem acessível. Verificou-se que os técnicos de saúde ainda não sabem dialogar com a população, pois conforme relatou um dos participantes do encontro, muitos compareceram com a preocupação de "vomitar receitas e mostrar conhecimentos", numa linguagem altamente técnica. (Taeco Toma)

O documento deste encontro popular

A situação do País e as condições de vida da população tornam-se cada vez mais críticas. O arrocho salarial e o desemprego prevalecem sobre a vida e a saúde do trabalhador e do povo em geral.

O homem do campo, impelido pela miséria e oprimido pelos latifúndios e grandes empresas agrícolas, afliu para as cidades em busca de sobrevivência e se estabelece ao lado de milhões de assalariados nas periferias urbanas, onde mora em barracos, sem saneamento básico, sem transporte, escolas, creches, postos de saúde, lazer, etc.

A ocupação do solo urbano fica a critério e benefício das grandes empreiteiras, sem qualquer consideração pelas necessidades da maioria. O próprio BNH, que se utiliza do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, atende preferencialmente as classes de maior renda, com evidente distorção social.

O alto preço dos alimentos básicos gera elevados índices de desnutrição. O Governo estimula a agricultura de exportação e deixa à deriva a agricultura de consumo interno. Os intermediários agem livre e impunemente ao sabor de sua ganância. A crescente oferta de produtos alimentícios industrializados dificulta o acesso do povo à alimentação indispensável e sadia. Contam-se aos milhões os desnutridos e subalimentados.

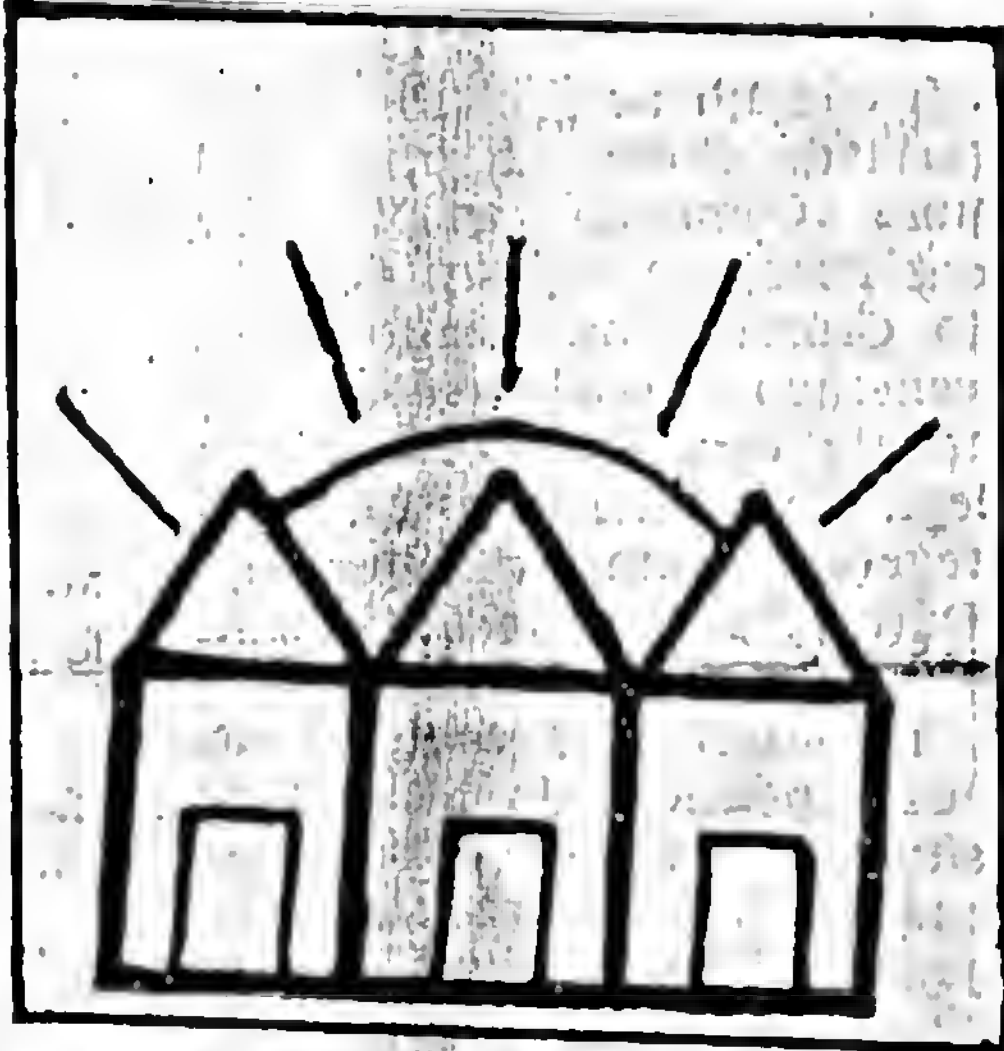
Os serviços de saúde pública e de assistência médica são insuficientes, mal distribuídos e mal equipados, com profissionais despreparados e mal remunerados. Os serviços privados, contratados pelo INAMPS, geralmente visam o lucro. Os serviços públicos sofrem limitações de toda sorte e parecem fadados à extinção. Os recursos do INPS são carcomidos pela má administração e corrupção que o próprio governo reconhece, mas não corrige.

Tudo isso está vinculado ao momento político. O povo não goza de suficiente liberdade de organização para a defesa de seus legítimos interesses e direitos. Trabalha e produz, mas não

Esta a realidade da grande maioria da população.

Realizou-se o encontro popular "SAÚDE PARA TODOS", na PUC-SP, nos dias 31 de maio e 1.º de junho, para discutir e propor alternativas para melhorar as condições de saúde de todos.

A criança, como elo mais frágil da cadeia humana, figura como a maior vítima da situação. Mais da metade dos filhos de operários da Grande São Paulo são desnutridos ou subnutridos. Faltam escolas, creches, lactários. Cresce o número de menores abandonados. A



FEBEM mostra-se incapaz e muitas vezes precipita os menores para a marginalização total. O aleitamento materno é dificultado e os produtos industrializados correm soltos e a preços exorbitantes.

Os problemas que afetam a população em geral atingem especificamente a mulher em sua função de mãe e educadora dos filhos. Integrada no trabalho fora de casa, enfrenta uma estrutura adversa, com falta de creches e berçários, além de discriminação salarial e facilidades de dispensa por ser esposa e mãe.

O trabalhador vai sujeito aos mais elevados índices de acidentes do mundo, sem contar as doenças profissionais decorrentes do calor, ruídos, poeiras, produtos químicos, posições forçadas, ritmo estafante de trabalho e horas extra que prolongam, além da medida, a jornada de trabalho. O Ministério do Trabalho é omissa na fiscalização e barra a ação dos sindicatos. As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) geralmente estão sob controle patronal e fiscalizam mais o trabalhador que as condições de trabalho. A política do governo, por sua vez, dá mais atenção ao empregador que ao empregado, e desvirtua a função dos sindicatos.

As condições de saúde adversas incidem negativamente sobre a saúde mental, acarretando desajustes, neuroses, alcoolismo e violência. O doente mental, por sua vez, torna-se fonte de lucro para as empresas de saúde.

No tocante à saúde odontológica, a calamidade se iguala à situação de verminoses, acidentes de trabalho, desnutrição. São milhões de brasileiros em péssimas condições de saúde odontológica.

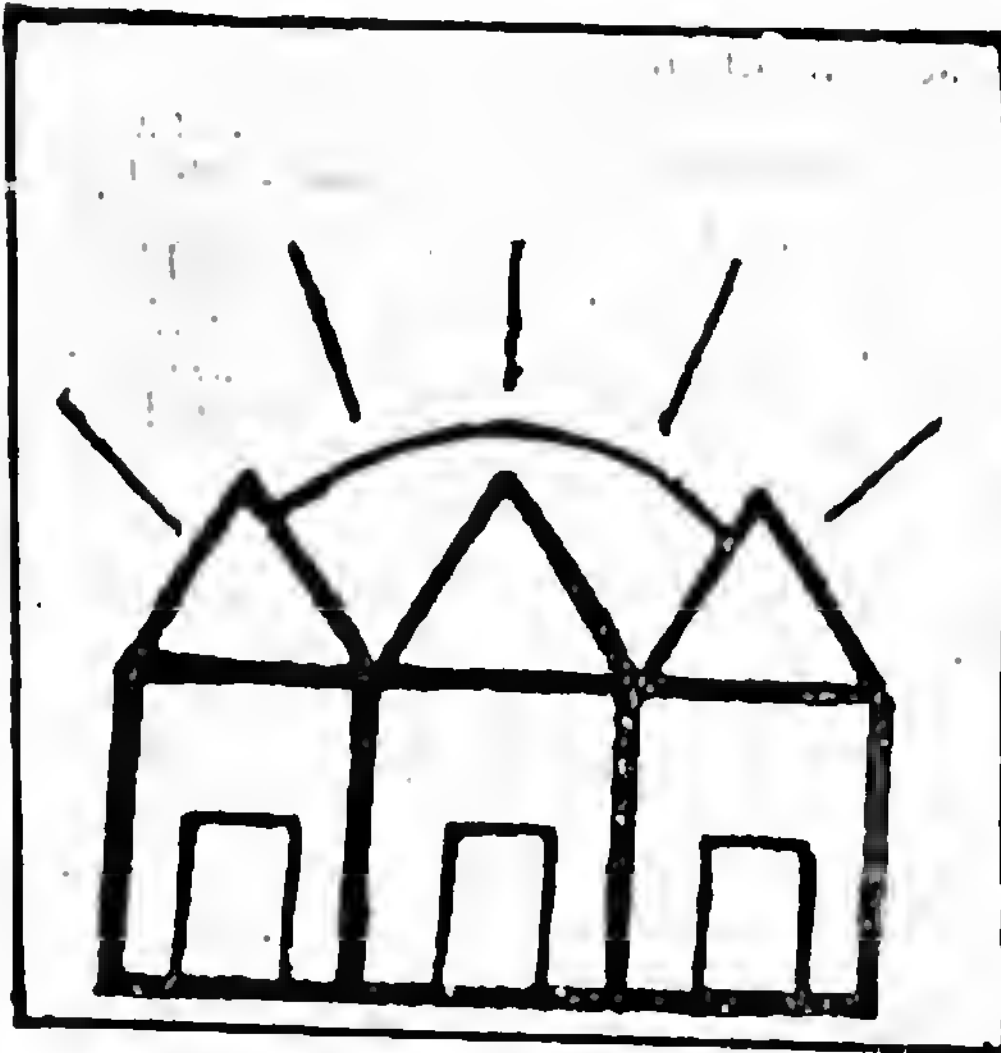
No campo dos medicamentos e indústria farmacêutica, onde predomi-

nam as multinacionais, ocorrem distorções graves, motivadas pelo lucro e por políticas miopes, sem que se atenda às reais necessidades da população. A Central de Medicamentos (CEME) desvirtuou sua finalidade inicial e já não passa de repassadora dos produtos das multinacionais, omitindo-se em sua tarefa essencial de pesquisa, produção e distribuição de medicamentos básicos à população.

No campo da assistência médica, a iniciativa privada de finalidade lucrativa se alastra por toda parte, com apoio do governo, prescindindo dos reais interesses da população, com duas assistências: uma para os pobres e outra para os ricos.

Face a tudo isso propomos:

Que se incentive o aleitamento natural, com berçários nos locais de trabalho e nos bairros; e se contenha a produção e propaganda de leite industrializado, com prioridade governamental para a alimentação da população e assistência médica suficiente e acessível a todos, com escolas, creches e berçários, inclusive para excepcionais. Valorize-se a função materna da mulher, garantindo-se assistência pré-natal e de parto e se garanta a toda a mulher orientação e esclarecimento no tocante ao planejamento familiar com plena liberdade pessoal para decidir em conjunto com seu esposo sobre o número de filhos que deseja ter. Os sindicatos, no exercício de suas funções legítimas, devem fiscalizar as condições de trabalho da mulher e exigir que se cumpra a lei que obriga as empresas a ter creches e berçários. Os sindicatos devem assumir o direito de fiscalizar o ambiente de trabalho e exigir que as CIPAS estejam vinculadas aos mesmos e sejam livremente eleitas; haja nos sindicatos departamentos de saúde ocupacional e se incentive a atuação da Comissão Intersindical de Saúde do Trabalhador (CISAT). Sejam criados centros de reabilitação dos acidentados e garanta-se a estabilidade no emprego.



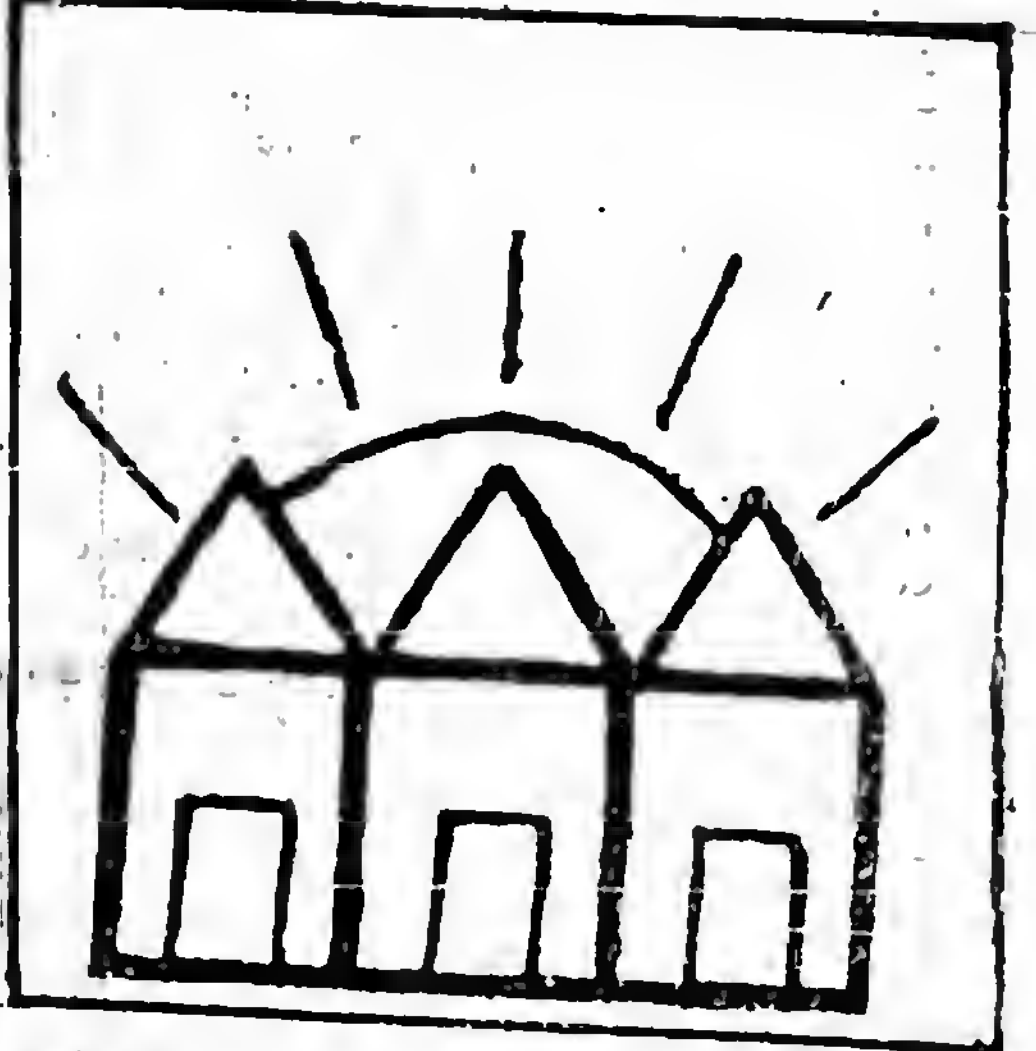
Seja garantidos a todos o pagamento de adicionais de insalubridade e, sobretudo, se lute para diminuir ao máximo a insalubridade e a insegurança no trabalho. Sejam criadas intersindicais regionais e a Central Única dos Trabalhadores. Finalmente, que haja autonomia sindical, direito à greve e estabilidade no trabalho.

Seja providenciado o atendimento ambulatorial para os doentes mentais e só em última instância se recorra à internação. Proíba-se a propaganda de bebidas alcoólicas e cigarros e se controle rigorosamente o comércio ilegal de drogas, proporcionando a toda a po-

pulação condições sadias de vida e de lazer.

Cumpra-se a lei da fluoretação da água potável existente em São Paulo desde 1958 e estenda-se a iniciativa a toda população urbana e garanta-se a assistência odontológica nas escolas, centros e postos de saúde.

Nacionalize-se a produção e distribuição de medicamentos, objetivando o atendimento das reais necessidades da população. Que se limite a importação de medicamentos, sobretudo os já proibidos em outros países, e seja vetada a propaganda de medicamentos nos meios de comunicação de massa. Promova-se a pesquisa e a tecnologia nacional do ramo.



Amplie-se a rede de assistência à saúde, tornando-a suficiente e acessível a toda a população, eliminando-se rapidamente as instituições de saúde com finalidades lucrativas. Seja unificado o sistema de saúde e dê-se à população voz e voto em assunto de tamanha importância para o bem nacional. Fixe-se um percentual mínimo adequado nos orçamentos destinados à saúde e se formem equipes locais capacitadas a prestar serviços de saúde, com atendimento em tempo integral, com conhecimentos e preocupações voltadas para as realidades de saúde da população e remunerar-se devidamente os profissionais.

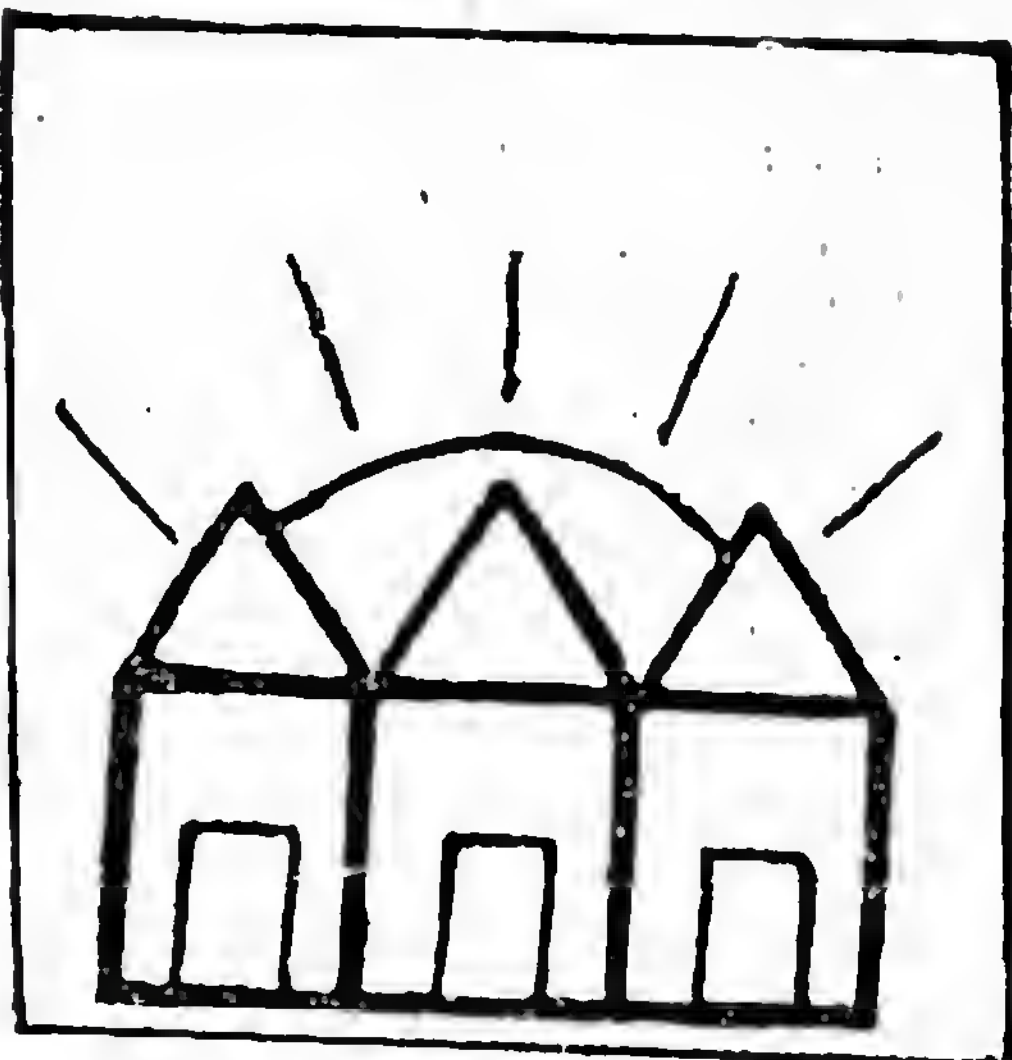
Para encaminhar a solução real para os problemas globais de saúde que afetam a maioria da população as entidades presentes ao encontro foram unânimes em propor a união do povo em entidades populares, como Sociedades Amigos de Bairro, União de Favelados, Comunidades de Base, Sindicatos, etc. em torno do problema saúde e que se constitua dentro desses grupos departamentos de saúde especialmente voltados para essas lutas. Que as lutas pela saúde sejam ligadas a outras, mais gerais, como eleições diretas em todos os níveis, liberdade de organização, revogação da Lei de Segurança Nacional e Assembleia Constituinte Nacional, livre e soberana.

A população deve participar em todos os níveis organizando conselhos comunitários que procurem dar controle popular às questões de saúde em seus diferentes aspectos.

Informe-se amplamente a população sobre saúde, direito à saúde e ao tratamento.

São Paulo, junho de 1980

Coordenação do Encontro
"SAÚDE PARA TODOS"



decide sobre o produto de seu trabalho. Trabalha cada vez mais e em condições sempre piores e por um salário de poder aquisitivo cada vez mais aviltado, sem poder defender-se. A atividade sindical constitui-se em ameaça de desemprego. Paga taxas e impostos, mas não participa das decisões para seu emprego. Não escolhe seus governantes e não dispõe de voz para a solução dos problemas que o afetam.

O povo constrói

a sua creche

Mais uma creche erguida com o esforço da comunidade foi inaugurada Domingo, dia 1.º de junho: a Creche da Senhora da Providência, para 30 crianças de 0 a 6 anos dos Jardins Santo André e São Francisco, na Região Leste 1, em São Paulo.

A creche fica na casa 11 da avenida Sertanista e tem cinco cômodos e dois galpões para as atividades das crianças, tendo sido alugada com recursos fornecidos pelos Vicentinos. As funcionárias que cuidam das crianças são pagas pelo Grupo de São Paulo e a manutenção das crianças é possível pelo convênio feito com a Associação Brasileira de Assistência — ABAS. Além disso, muitos outros grupos das comunidades da igreja da região contribuíram com a creche, fornecendo alimentos, móveis e utensílios e uma agência bancária e os jornais da Vila Prudente — entre outras entidades — colaboraram, seja comprando uniformes, seja fornecendo outro tipo de ajuda.

Toda essa organização não foi concluída facilmente. O Centro Social da Senhora do Bom Parto — que é entidade beneficente da Região Leste — tem sua sede mais no centro da cidade e está criando núcleos na periferia com a finalidade de ajudar a população destes locais e fazê-la assumir a criação destes núcleos — foi quem fez o trabalho, juntamente com as Ir-

mãs Ofélia e Hilda, que trabalham no Jardim Santo André, com a colaboração de Dom Luciano Mendes de Almeida, Bispo da Região.

Segundo contou Maria José de Brito, do Centro Social, as comunidades dos dois bairros sentiram a necessidade de uma creche, e foram até o Centro pedir ajuda, até que tivessem condições de manter uma por si mesmos. E, em 11 de novembro passado, as crianças começaram a ser atendidas numa creche provisória até se conseguir um local mais adequado, como o atual. Mas Maria José de Brito também contou que a intenção é conseguir a manutenção da creche e a construção de uma definitiva (num terreno que já escolheram) pela Prefeitura de São Paulo, através da Coordenadoria do Bem Estar Social — COBES.

A festa de inauguração estava muito animada, com muitas mães e crianças no quintal da creche, esperando pela inauguração para entrar na casa. Depois da queima de alguns rojões para comemorar, Dom Luciano fez um pequeno discurso antes de abençoar a nova casa.

Ele fez questão de lembrar a união de todos para a realização do projeto da creche, enumerando todas as entidades e pessoas que colaboraram e ressaltou com bom humor que “a creche anterior era de mentira, só a de agora é de verdade”. (Lavrita Salles)

Como é em outros países

Carmem Amêndola, lecionou na Secundária Josina Machel, a letrada de **Maputo** (antiga Lourenço Marques), de 76 a 79. Conheceu as coisas de Moçambique a partir de 78, quando sua filha Maria, passou a frequentar a do bairro de Polano. "O governo de Moçambique passou a dar importância às creches no Ato Institucional da Criança, criando alguns locais de trabalho, mas nas fábricas ainda são poucas. Maria sempre bem tratada, e os moçambicanos sempre muito carinhosos com as crianças. O problema era a falta de pessoal especializado para trabalhar nas creches. Não há pessoal técnico para outras áreas tampouco. Tudo está começando, depois que Moçambique deixou de ser colônia portuguesa".

Carmem lecionava português e ganhava 40 mil escudos, salário alto. O marido, Samora Machel, por exemplo, ganhava 60 mil escudos. Carmem: "Eu pagava 2 mil escudos na creche, e nunca faltei, havia boa alimentação que divulgavam para os mães todos os meses muitos brinquedos e bastante roupa. Nunca sumiu nenhuma roupa da creche. Certa vez esqueci uma chupeta, e ela seguinte me devolveram". Segundo Carmem os bairros organizados não têm se agrupado e formado creches, incentivados pelos Grupos Dinamizadores, criados pela FRELIMO — Frente Libertadora de Moçambique — para resolver os problemas dos núcleos, desde o divórcio até as cooperativas de consumo. "Só agora eles estão saindo de um tribalismo tanto que as mulheres de lá não reivindicam creches, porque ainda é muito o homem que sai de casa para trabalhar. As mulheres ainda ficam nas "machambas" (roças), e há homens que trabalham como empregados domésticos. Há muita falta de material — papel, tecido, livros. Em 79, por exemplo, só se editaram alguns livros de criança e folhetos da FRELIMO. Em duas ocasiões, nós fomos chamados, na creche, para ajudar a fazer brinquedos. Mas, uma vez por mês, eram religiosas as reuniões com os pais".

Aparecida Horta, professora de Português, esteve em **Havana** até 78. Sua filha frequentou a creche dos 9 meses aos 2 anos. Sua experiência: "Lá, os Circulos Infantiles funcionam em horário integral, para atender também às mães que trabalham à noite. Desde às 6 da manhã já se pode levar as crianças. As roupas são fornecidas pela própria creche, e quando chega, ela é trocada. As assistentes que trabalham nos Cir-

culos são formadas na Escola Formadora, e todas têm nível secundário. As crianças as chamam de "seño" (abreviatura de "señorita"), e o número de crianças de cada círculo varia, mas a média é 100". Até 78, não se pagava nada. A partir daí, estipulou-se uma taxa de 10% do salário familiar.

Cida: "Ninguém se preocupa com contaminação ou alimentos estragados, pois todos confiam demais nos círculos. A higiene é absoluta, e a orientação dada é a melhor. Também há muita preocupação em que os pais participem, nas reuniões mensais com os técnicos. Ainda há déficit de creches em Cuba, mas o sistema é outro: as crianças ficam na creche e pré até 5 anos, depois aos 6 vão para a escola formal. Livros, cadernos e uniforme são dados pelo Estado. E se os pais não matriculam os filhos, o Comitê de Defesa da Revolução vai na casa, saber porque é que as crianças não estão na escola".

A pedagoga Neirara Portolese, 30 anos, pesquisou as creches francesas de 1975 até 77, quando morou em **Paris**. Ela dá algumas informações sobre o desenvolvimento das creches naquele país. "Somente depois da 2.ª Guerra é que houve regulamentação nacional das creches, mas elas existiam desde o século passado. Hoje apenas 20% delas são particulares, as restantes são mantidas pelo Estado".

No seu desenvolvimento, segundo Neirara, as creches francesas tiveram 3 etapas distintas: um período inicial, eminentemente médico, em que a preocupação fundamental era a prevenção de doenças infecto-contagiosas; um segundo, psico-profilático, com o despertar para as necessidades infantis, enfatizando seus aspectos afetivos, pedagógicos e de pequenos hábitos. "Hoje se discute a função da creche. A grande questão é: como podemos equiparar a necessidade da criança com a ausência da família. Assim, também discutem a redução da jornada de trabalho dos pais". No entanto, prossegue Neirara, isto se dá num contexto diferente do brasileiro: "Há muita preocupação com as crianças. Quando eu estava esperando minha filha, recebia auxílio do governo para me alimentar bem, mesmo sendo estrangeira. Logo depois de seu nascimento, outro auxílio para amamentação. Mesmo o espaço é questão vital. Se nasce uma criança, tem que haver maior espaço na casa, e isto é controlado pe-

las assistentes sociais das prefeituras".

Trabalhando na Faculdade de **Vincennes**, Elizabeth Souza Lobo, professora, sempre deixou seu filho, León, na creche do local de serviço. Seu salário era de 2.300 francos, e as despesas com a creche, apenas 100. "Só no meu bairro havia 4 creches, e nunca vi ninguém se queixar de falta de vagas. Mães que não trabalham fora, também são contratadas pelas prefeituras para receber certo número de crianças em casa, mas o custo é o mesmo. Geralmente o período é das 7 às 17:00 horas. Há uma "esticada" das 19 às 22:00 horas, para as mães que trabalham mais tempo".

A atenção dada à estimulação da criança é especial, com muita música, jogos, desenvolvimento de pequenos hábitos. Elizabeth: "Desde pequenas as crianças aprendem a vestir-se sozinhas, arrumar suas coisas, e o León aprendeu até mesmo a cozinhar, com aulas uma vez por semana. Em muitas creches, as crianças têm horas numa sala que é um lar em miniatura, com bancos, camas, fogão. Também o trabalho manual é muito valorizado, com aulas de tricô, crochê e costura. Assim as crianças vão aprendendo a fazer suas próprias roupas, pois as confecções são caras".

Segundo a professora, as crianças vão tendo uma certa independência dos pais logo cedo. Os pais também participam bastante da creche, e geralmente, em cada uma delas há uma associação de mães e pais: "Algumas ficam só nas festas, mas outras reivindicam a participação dos pais na orientação da creche. Na creche do León, organizamos muitos passeios, visitas, bazares, participávamos das horas de biblioteca. Um dos pais, jornalista, levou as crianças para uma visita à redação. Outro, tecelão, ensinou as crianças a montar um tear e fazer a tapeçaria. Em lugares onde faltam creches, os pais têm criado as "creches selvagens", isto é, um terreno ou casa, vazios, são invadidos e depois há toda uma luta para o poder público assumi-la". A opinião de Elizabeth sobre a situação das creches, aqui no Brasil: "É um disparate. É preciso lutar para que as pessoas se organizem, não só para reivindicar creches, como também lutar por uma vida decente. O salário da mulher não é apenas complementar. O trabalho é um direito. A socialização das crianças não é apenas tarefa das mulheres, mas da Sociedade".

Pólio, em busca de um recorde?

20 anos após a introdução da Sabin, o Brasil ainda não controla a doença

Lia Ribeiro Dias

Talvez por saudosismo da época do "Brasil potência, tricampeão mundial e país dos grandes números", o ministério da Saúde planejou para o dia 14, sábado passado, uma campanha nacional contra a poliomielite, quando pretendia vacinar 14,8 milhões de crianças, na faixa etária entre zero a cinco anos de idade. Se a meta do ministro Waldyr Alcoveide for cumprida, a área da saúde terá conseguido mais um recorde: o maior número de doses de vacina aplicadas em um único dia.

Sem dúvida nenhuma, essa façanha será explorada, muito, pelo governo em sua campanha política. Mas, na verdade, a necessidade de uma campanha nacional contra a poliomielite revela, apenas, que o Brasil, 20 anos depois de ter sido introduzida no país a vacina Sabin, ainda não conseguiu controlar a doença.

Pelo simples fato de que, na maioria dos Estados do país, não há rede de postos de saúde e as unidades existentes funcionam de forma precária,

sem assistir corretamente à população.

Com exceção de São Paulo e Rio Grande do Sul, onde 90 e 80%, respectivamente, das crianças entre dois e 18 meses são vacinadas contra a poliomielite, no resto do país a situação é calamitosa. Calcula-se que, no geral, apenas 25% das crianças nessa faixa etária são protegidas contra a poliomielite. E não há falta de vacina. O que falta mesmo é um programa eficiente de saúde e vergonha das autoridades sanitárias.

RAZÕES POLÍTICAS

O governo decidiu instituir o Dia Nacional de Vacinação contra a Paralisia Infantil como uma resposta política às críticas que o cientista Albert Sabin, descobridor da vacina contra a poliomielite que leva o seu nome, fez ao ministério da Saúde pelo seu programa de controle da doença. Sabin, convidado para assessorar o governo, interrompeu o seu trabalho, denunciando que as estatísticas apresentadas pela Fundação Serviço de Saúde Pública, do ministério da Saúde, sobre a incidência da poliomielite eram muito subes-

timadas e falsas. Em sua curta temporada como assessor do governo brasileiro, o cientista defendeu, ainda, a vacinação em massa contra a poliomielite.

Pouco tempo depois do "episódio Sabin", que até hoje ainda não foi muito bem esclarecido, o governo anunciava a vacinação em massa, em dois momentos: a primeira dose no dia 14 de junho e a segunda no dia 16 de agosto. No entanto, no programa do governo, as características regionais não foram respeitadas. Mesmo os Estados que conseguiram estabelecer um programa rotineiro de vacinação capaz de atingir quase a totalidade das crianças, como é o caso do Rio Grande do Sul e São Paulo, foram incluídos no que já vem sendo chamado de "vacina olímpica".

A inclusão de São Paulo na campanha nacional provocou o protesto da Associação dos Médicos Sanitaristas do Estado. Em documento distribuído à imprensa, a entidade denuncia que a atual campanha é inútil para a realidade do Estado, onde

90% das crianças já estão imunizadas, e vai prejudicar a vacinação de rotina. Primeiro porque deseduca a população já habituada a levar seus filhos para vacinar no dia estipulado pela unidade de saúde (a primeira dose é dada aos dois meses, a segunda, aos quatro meses, a terceira, aos seis meses, e a dose de reforço aos 18 meses). Em segundo lugar porque, para reunir o número de doses de vacina necessário para imunizar os 3,7 milhões de crianças de São Paulo no sábado passado, a secretaria da Saúde suspendeu a vacinação de rotina nos postos de saúde a partir do dia 14 de maio até o meio de julho. E essa decisão, obviamente, prejudicou as crianças que deveriam ser vacinadas nesse período.

ERRO TÉCNICO

As críticas dos médicos sanitaristas não comoveram o secretário da Saúde de São Paulo, Adib Jatene, que aceitou incluir o Estado no Dia Nacional de Vacinação contra a Paralisia Infantil. Comentase, nas áreas próximas ao gabinete, que o secretário também era contra a vacinação em massa, por con-

siderá-la inútil. Mas não quis assumir uma posição de confronto com o ministério da Saúde. Essa omissão do secretário não foi aceita pelos sanitaristas. Embora contrários, eles tiveram que assumir a campanha e trabalhar para o seu êxito.

Se a secretaria da Saúde de São Paulo não chegou contra a inclusão de São Paulo na campanha, pelo menos reagiu à orientação do ministério de aplicar a vacina monovalente. O que acontece é que existem três tipos de vírus da pólio (I, II e III) e, por isso, normalmente se utiliza a vacina trivalente, embora grande parte dos casos da doença seja provocada pelo vírus tipo I. Diante disso, o ministério decidiu utilizar apenas a vacina contra o tipo I, mas em São Paulo e outros Estados do Sul, conseguiu-se a aplicação da trivalente.

Na opinião dos sanitaristas de São Paulo, a aplicação da vacina monovalente é um erro técnico porque não protege a criança contra todos os tipos de vírus. Mais uma demonstração de que a preocupação das autoridades sanitárias é mais política do que técnica.

A luta da periferia por melhor assistência médica

Até hoje, a política nacional de saúde, os programas prioritários, as campanhas vêm sendo definidos pela cúpula administrativa, sem nenhuma participação da população envolvida. Nem mesmo os profissionais de saúde, que não pertencem à cúpula, são consultados. Prova disso, foi a realização da campanha nacional de vacinação contra a paralisia infantil em São Paulo. No entanto, essa tradição de autoritarismo no setor da saúde começa a ser questionada pela população de São Paulo onde existem, pelos menos, 50 grupos de saúde espalhados pelos bairros periféricos da cidade.

Os funcionários da secretaria da Saúde já não estranham mais quando o prédio da Av. Dr. Arnaldo, onde funciona o gabinete do secretário, é invadido por grupos de moradores da periferia, que vêm trazer suas reivindicações. Foi isso que aconteceu no último dia 3: 600 moradores da região de São Mateus, na Zona Leste da cidade, realizaram uma manifestação no pátio da secretaria, exigindo do secretário Adib Jatene que cumprisse sua promessa de instalar 15 unidades de saúde em seus bairros, onde vivem 320 mil pessoas, totalmente desassistidas.

O "Projeto São Mateus", que está sendo desenvolvido pela secretaria da Saúde, surgiu justamente de uma pressão dos moradores que, há um ano, realizaram assembleia popular, para a qual convocaram os secretários da Saúde do Estado e do Município.

Nesses 12 meses, a comissão nomeada pelos moradores de São Mateus tem acompanhado de

perto o desenvolvimento do projeto: ajudou a escolher os terrenos para a construção dos centros de saúde (um já está sendo construído, outros nove estão em concorrência e cinco projetos ainda aguardam a abertura de concorrência).

Mas a população de São Mateus está impaciente com a demora e não aceita as explicações sobre as dificuldades burocráticas que atrapalham o andamento do projeto, já que os recursos, na ordem de 125 milhões de cruzeiros, foram liberados pela secretaria dos Negócios Metropolitanos. A população de São Mateus também exige, além das unidades de saúde, a construção de dois hospitais, de 150 leitos cada um. Afinal, não existe nenhum leito hospitalar na região.

Os moradores de São Mateus não são os únicos a pressionar o secretário Adib Jatene. Os moradores de Canaíba, também na Zona Leste, onde funciona o mais antigo e organizado grupo de saúde, também querem um centro de saúde e um pronto-socorro para o bairro. Diante da deficiência de assistência médico-sanitária, os moradores formaram um grupo e, com o apoio de alguns médicos, montaram um ambulatório onde, além de consultas, são dados cursos de orientação. O grupo faz ainda um boletim mensal, dirigido à população, e desenvolveu um método revolucionário para conscientizar os moradores sobre os problemas de saúde: reuniões em casas de famílias, das quais participam todos os moradores da rua ou do quarteirão. Nesses "serões" normalmente são apresentados dois audiovisuais que mostram as causas das doenças comuns da população, da

Agência Folhas



Os moradores de São Mateus foram cobrar do secretário a sua promessa

elevada taxa de mortalidade infantil e desnutrição. E os moradores ficam sabendo que a falta de saneamento básico, os baixos salários, a alimentação deficiente são os responsáveis pelas precárias condições de saúde em que vivem.

Se alguns grupos nasceram em decorrência da falta de um posto de saúde no bairro, da ausência de água encanada ou esgoto, outros surgiram de movimentos organizados em função de outros problemas. Esse é o caso, por exemplo, da Freguesia do Ó: do trabalho político em torno do diretório do antigo MDB, os moradores reforçaram as lutas do bairro e, recentemente, começaram a desenvolver, também, um movimento por melhores condições de saúde.

Diante da pressão cada vez maior

da população, a secretaria da Saúde, pela primeira vez em sua história, está realizando um plano para instalar unidades de saúde que consigam atender à demanda da população, em toda a Capital. O projeto prevê uma unidade para cada grupo de 10 mil a 20 mil habitantes. Mas a secretaria ainda não conseguiu recursos para executar todo o seu programa.

A organização dos setores populares em torno das reivindicações de saúde já é tão expressiva que cerca de mil pessoas participaram do Encontro Popular Saúde para Todos, realizado nos dias 7 e 8 de junho, em São Paulo. No documento final do encontro, os participantes reivindicam desde a participação popular na definição da política de saúde até distribuição justa da renda, melhores salários, reforma

Criança, você também é gente!

Por Dália Manutti*

Petiscos, digo, petizes do meu Brasil! Dizem que criança ainda não entende de política e que não se justificaria uma conversa política com as crianças. Não é verdade.

Vocês, meus queridinhos, não ficam tremendo de medo, esgoelando feito marrecos assustados quando o papai os ameaça dizendo assim: "se você não fizer isso assim ou assado o Figueiredo vai te pegar"?

Esse berreiro é uma atitude política de vocês. Só acho que vocês deveriam ser menos chorões e mais ousados. Não tenham medo desses herodes; o dia que o Figueiredo estender a mão para vocês, mordam a mão dele com bastante força, para tirar um bifezinho mesmo. Mostrem suas línguas e seus pintinhos para o Maluf, enfim, criem novas formas de protestos porque criança é bem criativa.

Seu papai já deve ter te falado de um mocô muito bonzinho, que viveu num país muito longe, e que se chamava Lênin. Titia Dália também gosta muito de titio Lênin e tio Hô, que era um velhinho muito bonzinho, de barba branca igual papai Noel, e que muito fez para livrar as crianças vietnamitas da opressão capitalista e paternal. Titio Lênin escreveu um livro, que vocês ainda não têm idade para ler, que se chama "O esquerdismo, doença infantil do comunismo", mas vocês

podem procurá-lo na estante de papai e começar a se familiarizar com esses escritos. Não tem nenhum desenho no referido livro, o que o torna muito aborrecido, mas peçam ao papai para ler para vocês, e, se ele se recusar, vocês devem rabiscar e colorir o livro, que é uma forma de já ir tomando contato com esses escritos. Mais tarde vocês poderão se gabar de ter colorido livros do Lênin na mais tenra idade, o que lhes dará uma poderosa superioridade frente a seus amigos.

Além da formação política, vocês, meus amiguinhos, devem também inventar brincadeiras menos ridículas e mais politizadas. Vocês devem, por exemplo, brincar de metalúrgico e de repressão. Escolha o menino mais aborrecido de sua turma para ser o interventor do sindicato, e caiam de pau nele, para machucar mesmo. Vocês podem também escolher o mais tampinha da turma para ser o general-interventor e brinquem de helicóptero com ele: ponham ele numa cesta e joguem a cesta com ele dentro de cima do muro, alegando que o helicóptero é de procedência americana que já foi usado no Irã. Vocês vão se divertir à socapa.

Desse modo vocês terão uma in-

fância alternativa muito mais emocionante do que ficar na frente da TV assistindo desenhos animados japoneses idiotas. Se vocês ficarem muito tempo sentados assistindo TV, vocês vão ficar com câncer e hemorróidas e no futuro vão dizer assim: "bem que titia Dália nos aconselhava. Que pena que não acreditamos na sabedoria de titia Dália". Mais aí já vai ser tarde, vocês já serão pessoas desequilibradas irreversivelmente, e vão terminar sua vida caquéticos e abandonados, num asilo cheio de baratas, assistindo novelas débeis mentais na televisão.

Crianças, se seus pais os obrigarem a assistir TV, para que vocês fiquem quietas, pelo menos façam um protesto de buli bastante com os botõezinhos da TV, até eles quebrarem. Vocês podem entortar e dar nós nas antenas da TV, que em geral são feitas de metal bem mole. O máximo que pode acontecer é você receber alguns coques, mas depois de passar a dor você pode comentar de maneira bem debochada com seus irmãozinhos a cara de raiva de seus pais. É isso aí, irmãozinhos e irmãzinhas. Não se esqueçam de mandar cartinhas para titia Dália relatando sua peraltices que ela vai divulgar todas. Beijinhos.

... No fundo, sua mãe te acha um idiota.



*Dália Manutti é ninfomaniaca.

Mães do Embu querem creches diretas

No último domingo, mais de 300 pessoas lotaram o salão da igreja do Jardim Santa Emília, Embu, para reivindicar creches diretas e salas especiais para crianças deficientes, no município. Convidados todos os vereadores, além do prefeito Aquim Matias de Moraes, que enviou um representante, e dois deputados.

Já faz 2 anos que as mães dos Jardins Santa Emília, Santo Eduardo, Santa Tereza, São Marcos e Independência vem reivindicando maior atenção municipal nesta questão, sem resultado. O que conseguiram foi apenas uma subvenção de Cr\$ 40 mil mensais, para dar conta de 140 crianças que frequentam as 3 creches comunitárias ligadas à Paróquia de Todos os Santos. "Isto não dá nem Cr\$ 1.000,00 per capita, por mês!", desabafa a Irmã Daí. O per capita aqui, no município de São Paulo, é em torno de Cr\$ 2.500,00, para se ter uma

CARTAS

Apenas 6 dos vereadores convidados compareceram, além do representante do prefeito. As mães trouxeram trechos de cartas com as suas reivindicações. Maria José, do J. S. Emília: "Não quero criar polícias e nem intrigas, só queremos nossos direitos: creches e benefícios para as crianças deficientes. Nas escolas as crianças com problemas não são atendidas. No nosso prezinho, apareceu um menino de 8 anos que não falava. Agora, com paciência, já está falando. Mas, o nosso pré é muito caro, não dá para atender todos os casos".

Maria Abadia, do J. Sta. Tereza: "Com o custo tão alto, nós, as mães, temos que ir trabalhar. Então, queremos creche para trabalhar sossegadamente, sabendo onde deixamos nossos filhos. A creche do Jardim Santa Tereza foi feita pela própria comunidade, mas não dá para atender todas as crianças e não tem verba. Nós achamos que deveria ter uma lei que obrigue a Prefeitura a atender as crianças de 0 a 7 anos.

Maira, do Jardim Sto. Eduardo: "A Prefeitura tem a obrigação de dar creches diretas, pois pagamos impostos todos os anos. A situação é difícil e por isso fizemos uma assembléia, mas as autoridades, há 2 anos, mas não adiantou. Então, uma comissão de mães foi à Prefeitura, o prefeito disse que não tinha verba para construir, que o padre cedesse o salão. As creches das comunidades estão funcionando, mas precisa aumentar a verba, pois se o salário subiu, o custo de manutenção dobrou".

PERGUNTAS

Maria, representando as mães do Jardim São Marcos, fez algumas perguntas para o representante do prefeito, sobre os planos de creche e as obras de construção, lembrando: "Às vezes, os vereadores não estão muito próximos da periferia. Então, não sabem dos problemas das mães. Elas chegam a passar fome porque não têm onde trabalhar as crianças, e por isso não vão trabalhar. O prefeito está cansado de tantos problemas — é uma situação ruim, falta de saneamento básico, ruas estreitas, falta de creches. Se as autoridades enfrentassem estas dificuldades, resolveriam. Eu faço uma sugestão — convido o prefeito e os vereadores para um passeio a pé pelas ruas do Jardim São Marcos.

A seguir, falaram pessoas que trabalham nas creches provisórias mantidas pelas comunidades. Rosa é médica, e trabalha no convênio Prefeitura/Secretaria de Saúde/Escola Paulista de Medicina. "A saúde da criança até os 4 anos é fundamental para o seu desenvolvimento. E no Brasil, a mortalidade infantil é uma das maiores no mundo. Em cada mil crianças em SP, 100 morrem antes de completar um ano, de doenças preveníveis, como desidratação, o sarampo, tuberculose, verminose. A saúde não depende só de médico e hospital, depende de muitas outras coisas, como água potável.

DIREITOS

A psicóloga Rúbia lembrou que a fase mais importante do desenvolvimento infantil é de 0 a 7 anos, em que a criança começa a se desenvolver como ser humano. Todos leram, em conjunto, a Constituição dos Direitos Fundamentais da Criança da ONU (1959), e as mães entregaram um abaixo-assinado com mais de 3 mil assinaturas, ao representante do prefeito e aos vereadores. Suas reivindicações: projeto de lei visando o atendimento aos menores de 7 anos; criação de creches diretas e salas; classes especiais para deficientes.

O deputado federal Aurélio Perez lembrou a situação em que as Prefeituras se encontram, com arrecadadoras de imposto, mas ficando com uma parcela muito pequena, que não dá para atender às necessidades do povo. "Para onde vai esse dinheiro? Há 2 anos atrás, se gastava apenas 7% do orçamento federal em Educação. Hoje, apenas 1%. A população aumenta e os gastos com Educação diminuem. Que lógica é esta? O primeiro investimento deveria ser em Educação, a começar da creche".

Irmã Passoni, deputada estadual pelo PT, mencionou que a responsabilidade da educação da criança só é assumida pelo Estado a partir dos 7 anos. "Essa lei que vem desde D. Pedro I, tem que mudar, pois as mulheres vão trabalhar e estão exigindo que o Estado assuma a educação das crianças a partir dos 6 anos".

RESULTADOS

Alguns dos vereadores chegaram a perguntar as mães, na assembléia as diferenças creches diretas e indiretas, pois não conheciam Manuel Medina, o representante do prefeito. das desculpas habituais — falta de verba, burocracia municipal, etc. — resolveu dar outra vez, e afinal acabou concordando com a solicitação das mães, no tocante às verbas para as creches existentes e para outras, que estão sendo construídas pelos próprios moradores. Mas quanto à construção, disse ele, demorará mais tempo, por causa de desapropriação, construção, projetos, aquisição de equipamentos e montagem. As mães já formaram comissões que se encarregarão de verificar a realização das "promessas".



Em questão, os problemas da mulher que trabalha.

Gazeta de Notícias

27/6/80

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Toda mulher que trabalha fora sabe que recebe salários mais baixos que os dos homens (já tão baixos), das dificuldades que encontra para deixar os filhos sob os cuidados de alguém, enquanto está no serviço, ou para amamentar os pequenos, depois que termina a licença maternidade e precisa retornar ao emprego (com o risco de perdê-lo).

Para discutir essas questões, de interesse da grande massa de mulheres trabalhadoras, o Fórum de Debates sobre a Mulher abordará, no próximo sábado, o tema "As Leis Trabalhistas e a Mulher", sob a coordenação de Sílvia Pimentel, advogada e professora de Direito na PUC. A partir das 15 horas de amanhã, dia 28, estarão falando sobre o assunto, no Teatro Ruth Escobar (Rua dos Ingleses, 209), os advogados trabalhistas Marly Cardone, Almir Pazzianoto e Agenor Parente, os dois últimos advogados de vários sindicatos, além de Felícia Madeira, economista e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

"A legislação civil discrimina a mulher, coloca-a formalmente como subordinada. No caso da trabalhista, não se trata tanto de discriminação, mas da impotência das leis, do desrespeito das empresas às leis já existentes. Destaco o problema das creches, que é considerado prioritário por praticamente todos



Sílvia Pimentel,
coordenadora do
debate: "Deveria haver
berçários, creches
e pré-escolas que
permitissem às
mães trabalhar
tranquillas".

os movimentos de mulheres do Estado de São Paulo".

Sílvia Pimentel, autora do livro "Evolução dos Direitos da Mulher", refere-se ao artigo da Consolidação das Leis do Trabalho que obriga todas as empresas com mais de 30 funcionárias, de 16 anos para cima, a manter, em suas instalações, berçário para crianças de 0 a 6 meses de idade.

"Mas na própria Consolidação, logo abaixo, há um item que permite os convênios, e esse pre-

ceito anula o primeiro, de fato. Porque aí se estabelecem as tais creches fantasmas, que não existem.

Além disso, a lei deve ser melhorada. Creche para crianças de 0 a 6 meses é ridículo. No meu entender, a responsabilidade pelos filhos não é do pai e da mãe, e principalmente só da mãe, como acontece cada vez mais. Deveria haver berçários, creches e pré-escolas que permitissem às mães trabalhar tranquilas, participando portanto ativamente da realidade so-

cial. Sem o que, nós, mulheres, não temos condições de fazer praticamente nada."

Outro ponto apontado por Sílvia Pimentel é a questão dos salários.

"Salário igual para trabalho igual é garantido pela Constituição, CLT e leis esparsas. Mas o que acontece? É absolutamente desrespeitado. Nesse caso a gente vê que o impedimento ao cumprimento da lei é certamente um conjunto de preconceitos e estereótipos sociais. É por isso que, embora professora de Direito e preocupada com o aspecto legal da situação da mulher, tomo muito cuidado em não me ater ao aspecto legal: seria empobrecer demais a questão. É preciso enfocar o problema da mulher numa realidade mais ampla, que é todo o contexto social - econômico, político, social, cultural e, por que não dizer, religioso.

A partir desse debate, pretende-se apresentar projetos de lei que consolidem, realmente, o trabalho da mulher. Nesse sentido, Sílvia Pimentel pretende apresentar o capítulo referente à mulher do Código Nacional do Trabalhador, projeto aprovado pela maioria dos dirigentes sindicais do Estado: "Foi um trabalho feito a partir de todos os Congressos de Trabalhadoras já realizados, que precisa ser reforçado".

Jornal: GAZETA DE NOTÍCIAS

Data: 27/06/80

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

0055

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA DE SÃO PAULO*
Data: *29/06/80*
Pág. *—*

Pasta n.º
N.º do recorte.....

Creche será
construída em
área municipal

1/SP 29/6/80
Área municipal situada próxima à estação Conceição do Metrô, no Jabaquara, será cedida para a construção de creche, centro médico e centro educativo da Associação dos Cavaleiros da Soberana Ordem Militar de Malta de São Paulo e Brasil Meridional. Projeto nesse sentido foi encaminhado pelo prefeito Reinaldo de Barros à Câmara Municipal.

Segundo o prefeito, o projeto vai permitir a ampliação do programa de assistência social e promoção humana que a associação mantém na região.

CASAS POPULARES

Mais 782 casas com dois dormitórios, sala, cozinha e banheiro; sete centros comerciais e dois centros comunitários serão construídos pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab/SP) na Fazenda Santa Etelvina. As obras, incluindo urbanização e terraplenagem, custarão 231 milhões de cruzeiros.